



PESSOAS e LUGARES

LEADER e o Quadro Estratégico Comum

Seminário na Feira Nacional
da Agricultura revela
unanimidade na defesa
do LEADER

p.3

Feira Internacional do Artesanato

Um mundo de culturas:
os territórios, as tradições
e os produtos endógenos

p.8



Património e desenvolvimento rural

Rota do Românico do Vale do Sousa

Uma experiência fundada na história

p.22-23



Falta ganhar uma geração para o património

Entrevista com
Elísio Summavielle,
Diretor Geral do Património
p.14-17

O património configura-se, hoje em dia, como um conceito abrangente que enquadra uma articulação crescente entre território e os cidadãos, constituindo-se como uma dimensão crítica no exercício da cidadania. De facto, esta plasticidade do conceito permitiu que nos últimos anos fossem incorporados no património bens imateriais associados a saberes-fazer, ao conhecimento, ao som, à imagem, à memória, mas também a bens materiais invulgares como a natureza, a paisagem, os ambientes rurais e o património vernacular. Há uma noção de que estes bens, mesmo que com posse administrativa individual, contêm um valor sociocomunitário significativo, que os transforma em bens de interesse geral e que, como tal, a sua usufruição deve ser acessível a todos os cidadãos mas também a sua preservação deve ser uma responsabilidade partilhada. De facto, a sociedade tem o cuidado de classificar os bens que alcançam uma importância relevante, elevando alguns a um grau de extrema relevância, classificando-os como património da humanidade, por exemplo.

A questão do património assume uma importância determinante no espaço rural por constituir uma componente significativa da identidade e especificidade dos territórios e pela dinâmica socioeconómica que promove, ao contrariar lógicas atuais de massificação e homogeneização opostas à criatividade e à inovação, e ao suscitar a reprodução do saber e do conhecimento.

Esse património contém a história do território e do seu povo, os seus costumes, a forma de trabalhar os campos, a gastronomia, o artesanato, as lendas, os contos, a música, etc. Contém o material e o imaterial, o edificado e o natural, o passado e o presente. E pode também conter o futuro.

Por todo o país, as Associações de Desenvolvimento Local, numa abordagem

integrada, têm apoiado projetos que visam dinamizar os territórios rurais, promover a sua economia e melhorar a qualidade de vida das suas populações. O património mobiliza as pessoas e envolve-as em processos de participação no desenvolvimento comunitário.

A sinalização, preservação e valorização do património são elementos fundamentais nesse processo que permitem salvaguardar a identidade dos territórios e das suas populações, mas possibilitam, também, um número sem fim de vantagens económicas em setores adjacentes, como o turismo, que tem sido um importante gerador de emprego e riqueza nos territórios rurais. Também a dinamização e valorização dos produtos locais beneficia do facto dos territórios de produção serem percecionados pelos consumidores como espaços nos quais foi preservada a ruralidade. De facto, as produções agrícolas e pecuárias com recurso a variedades, raças (património genético) e técnicas tradicionais que as grandes explorações intensivas dificilmente reproduzem, permitem dar resposta a nichos de mercado de elevado valor acrescentado.

Importa referir que os promotores de candidaturas ao LEADER revelam uma enorme capacidade de iniciativa e de criatividade, permitindo, com as suas intervenções, trabalhos de renovação das artes, recuperação de ofícios e produtos tradicionais, preservação e divulgação do património. Gerando, deste modo, um impacto significativo no restabelecimento de laços e dinâmicas socioeconómicas, fundamentais a uma maior coesão social e territorial.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 07 . julho 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Guilherme Lewes, Maria João Botelho, Maria do Rosário Gordalina

Fotografias

ADD, ADER-SOUSA, ADL, ADRACES, ADRIMAG, ADRUSE, BEIRA DOURO, Comité das Regiões, DUECEIRA, Georgi Raijokov/STRATEGMA, Junta de Freguesia de Água de Pau, LEADERSOR, MCTI Brasil, Paula Matos dos Santos, RAIÁ HISTÓRICA, Rota do Românico, Rui Vasco, TERRAS DE SICÓ

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis e Teresa Braga (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



LEADER e desenvolvimento rural discutidos na Feira Nacional da Agricultura

Defesa do LEADER e do papel das Associações de Desenvolvimento Local juntou em Santarém o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Federação MINHA TERRA, a eurodeputada Maria Patrão Neves e muitos participantes

A Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, foi palco da realização do seminário “LEADER e o Quadro Estratégico Comum”, a 6 de junho, no qual foi analisado o papel da Abordagem LEADER na promoção e dinamização do mundo rural.

Na sessão de abertura, Luís Alenquer, Vice-Presidente da CAP, realçou a importância do LEADER, nomeadamente no desenvolvimento de projetos para complemento das atividades eco-

nómicas nas explorações agrícolas, apelando a uma maior abertura dos Grupos de Ação Local ao setor agrícola.

Pedro Brosei, da DG AGRI da Comissão Europeia, revelou que a partir de 2014, com o objetivo de reforçar o caráter inovador do LEADER e a sua governação local, está prevista uma melhoria nas disposições da União Europeia ao nível das funções das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

A eurodeputada Maria Patrão Neves, que centrou a sua intervenção nas novas perspetivas financeiras para 2014-2020, nomeadamente nas regras que impõem a canalização para o programa LEADER de pelo menos cinco por cento dos fundos destinados ao desenvolvimento rural, assinalou que as prioridades para o desenvolvimento

rural são bem desenvolvidas pelo LEADER e que este tem que manter a abordagem *bottom-up*, assim como as restantes especificidades.

O investigador António Oliveira das Neves defendeu que o LEADER tem primado pelo desenvolvimento dos conhecimentos, dos recursos e potencialidades dos territórios, pela proximidade relacional entre atores do território, pela participação em redes de parceria, de serviços e de valorização de recursos, bem como pelo conhecimento dos mecanismos de acesso, promoção e gestão de recursos de financiamento.

Regina Lopes, Presidente da MINHA TERRA, revelou que a Federação tem feito uma reflexão com muitas outras entidades sobre o desenvolvimento rural e o seu futuro, realçando o facto de

20 anos de experiência das Associações de Desenvolvimento Local a trabalhar no terreno permitirem concluir que o LEADER é uma ferramenta ímpar.

O Presidente da CAP, João Machado, destacou o papel que as ADL e a sua Federação (MINHA TERRA) têm desempenhado nos territórios rurais, colocando a tónica na união e constituição de parcerias entre os agricultores e os restantes agentes dos territórios rurais.

A sessão foi encerrada por Daniel Campelo, Secretário de Estado da Floresta e do Desenvolvimento Rural, que revelou o seu passado ligado ao desenvolvimento rural e ao LEADER, afirmando que “a experiência de 20 anos é uma experiência que em nome do governo vale a pena agradecer: é uma experiência acumulada com muito valor.”

MINHA TERRA na Feira Nacional da Agricultura

A MINHA TERRA voltou a marcar presença na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, que este ano se realizou entre os dias 2 e 10 de junho.

A Nave A do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA) acolheu o *stand* de afirmação do LEADER, da missão da Federação e da intervenção das 53 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que

gerem a aplicação do programa no território nacional.

O espaço esteve integrado no Salão “Prazer de Provar” e serviu para ilustrar as iniciativas apoiadas pelo LEADER, através da apresentação e divulgação de cerca de centena e meia de projetos, tendo sido o ponto de encontro privilegiado entre produtores e consumidores.

As ADL promoveram a degustação de vinhos, azeites,

licores, queijos, enchidos, mel, doces, compotas e outros produtos locais, apelando à descoberta dos sabores do mundo rural português e estabelecendo uma estreita relação com os produtores dos territórios de intervenção. Os produtores presentes, que foram beneficiários de apoios LEADER, testemunharam o papel do LEADER na dinamização da atividade económica das zonas rurais.



Novo Programa da Comissão Europeia para reforçar a Inovação nas Políticas Sociais e de Emprego

O “Programa para a Mudança Social e a Inovação” é o novo instrumento proposto pela Comissão Europeia para combater os problemas mais prementes no território europeu, sobretudo as elevadas taxas de desemprego, a pobreza, a exclusão social e o envelhecimento da população.

Integra três programas comunitários existentes, relacionados com os serviços europeus de emprego, a solidariedade social e o micro-financiamento, combinação com que a Comissão pretende aumentar a sua eficácia e melhorar a coerência das políticas em todos os âmbitos. Servirá igualmente para reforçar o papel que as políticas sociais e de emprego assumem na concretização dos objetivos propostos na Estratégia Europa 2020.

Para além de solidificar a coordenação das políticas, o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de boas práticas, o novo programa permitirá realizar o “teste piloto” de ações inovadoras, dentro das quais se irão identificar as que tiverem maior êxito, a fim de receber apoio financeiro do Fundo Social Europeu para se implementarem a uma maior escala.

O programa insere-se no pacote legislativo proposto pela Comissão para a política

regional da União Europeia (UE), no que concerne ao emprego e assuntos sociais para o período entre 2014-2020, subordinado ao objetivo primordial de assegurar que o investimento da UE é realizado de forma a impulsionar o emprego e o crescimento. Está previsto que, se for aprovado, este programa seja implementado entre 2014 e 2020 com um orçamento total de 958 milhões de euros.

Criado em 1957, o **Fundo Social Europeu (FSE)** é o fundo estrutural mais antigo e o principal instrumento financeiro de que a UE dispõe para alcançar os objetivos estratégicos da sua política de emprego, melhorando os níveis de educação e de qualificação dos seus cidadãos, e responder aos novos desafios, nomeadamente a exigência de novas competências, as novas tecnologias, a globalização, as dificuldades para os jovens encontrarem o seu primeiro emprego, o envelhecimento das sociedades europeias e as profundas mudanças das necessidades do mercado de trabalho.



Foto: Comité das Regiões

Quadro Estratégico Comum solidifica papel dos GAL

O Fórum sobre o Quadro Estratégico Comum 2014-2020, organizado pelo Comité das Regiões, foi o palco da discussão sobre as melhores formas de implementar com sucesso um desenvolvimento territorial integrado. O encontro teve lugar a 10 de maio e reuniu mais de 300 participantes de todas as instituições da União Europeia, incluindo a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, e das autoridades nacionais, regionais e locais.

O evento contou com os comissários europeus para a política regional, Johannes Hahn, para o emprego e assuntos sociais, László Andor, e da agricultura e desenvolvimento rural, Dacian Ciolos.

O Quadro Estratégico Comum (QEC) desempenha um papel crucial no contexto das propostas da Comissão Europeia para a política de coesão, desenvolvimento rural e fundo de pescas no período 2014-2020.

Consistirá numa linha orientadora para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, para a concretização das ações-chave dos cinco fundos que o compõem: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu, Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas.

Na ocasião, o Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Ciolos, referiu-se ao esforço que foi feito para alinhar os cinco maiores fundos europeus no QEC, o que implicará a simplificação das regras e o reforço da coordenação. Acrescentou que o Quadro Estratégico Comum será implementado através de Contratos de Parceria em cada Estado-Membro, que definirão os mecanismos de ação a nível nacional, regional e local, insistindo que “todos devem ser

envolvidos nos trabalhos de preparação”.

Dacian Ciolos defendeu que “os sucessos locais são alcançados muitas vezes através de estratégias coletivas”, o que leva a Comissão a propor estender a possibilidade de financiar estratégias de desenvolvimento local com outros fundos além dos referentes à Política de Desenvolvimento Rural. Assim, revelou, a abordagem LEADER e os Grupos de Ação Local (GAL) serão apoiadas não só nas zonas rurais, mas também em áreas urbanas, em áreas peri-urbanas e costeiras.

Assinalando que a intervenção dos GAL se tornou um modelo de referência, o Comissário revelou que, no futuro, poderão, se os Estados-Membros assim o desejarem, utilizar os cinco instrumentos de financiamento do Quadro Estratégico Comum.

Para tal, as regras de implementação deverão ser harmonizadas, deverá haver a possibilidade de intervir com vários fundos mas existindo um fundo que seja “líder” para as despesas de gestão, e deverá haver um procedimento único para a aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento e não um para cada fundo.

As propostas reveladas pelo Comissário Europeu vão ao encontro do que tem sido defendido pela ELARD – European LEADER Association for Rural Development –, que assinala que o Quadro Estratégico Comum é uma medida que evidencia o reconhecimento por parte da Comissão Europeia do potencial e impacto positivo da abordagem LEADER na revitalização dos territórios rurais. Neste sentido, sublinha o papel dos GAL no crescimento económico e no desenvolvimento local.

Seminário “Marketing do Vinho”

Palmela, cidade Europeia do Vinho 2012, foi o palco de um *workshop* organizado pela ADREPES, dedicado ao Marketing do Vinho, que teve lugar a 29 de maio na Biblioteca Municipal de Palmela.

O programa compreendeu uma reflexão sobre como comunicar o vinho e desenvolver estratégias de marketing digital, as tendências do mercado e da distribuição, as estratégias de promoção de vinhos de Portugal e de alguns produtos diferenciadores, como o Moscatel de Setúbal.

Workshop sobre o desenvolvimento local participado

A MINHA TERRA, representada por Luís Chaves, e a ELARD participaram no workshop sobre Desenvolvimento Local Participado organizado pela Rede Rural Europeia, realizado no passado dia 1 de junho, em Bruxelas.

O encontro teve como objetivo a partilha de ideias e informações sobre a preparação do próximo período de programação 2014-2020, a identificação das necessidades dos vários participantes nesse processo e o potencial papel que as redes poderão ter na fase preparatória.

LEADEROESTE publica “Monografia de Gaeiras”

A publicação recentemente editada pela LEADEROESTE, em parceria com a Junta de Freguesia de Gaeiras, com apoio LEADER, tem duas faces distintas: uma dedicada ao passado, outra ao presente, ambas fundamentais para se entender como o outrora e o agora se entrelaçam para desenhar o futuro da vila.

A edição procura, ao longo das suas 120 páginas, documentar e narrar as raízes e história dos gaeirenses, a sua história e tradições, através de registos e documentos que resistiram ao tempo.

Concurso de ideias “Um outro Algarve”

A IN LOCO, a TERRAS DO BAIXO GUADIANA e a VICENTINA lançaram um concurso de ideias para a criação da imagem e dos elementos fundamentais da linguagem de comunicação do projeto “Um outro Algarve”.

Através do concurso, que decorre até 10 de agosto, pretende-se mobilizar os interessados para a definição de uma imagem estimulante e apelativa que transmita de forma simples e eficaz os valores estruturais específicos do território de baixa densidade do Algarve.

Rio+20

Entre 20 e 22 de junho realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável “Rio+20”, no Rio de Janeiro, comemorando o 20.º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na mesma cidade.

Considerada pela Presidente brasileira, Dilma Rousseff, como um “passo histórico rumo a um mundo mais justo, para que a pobreza seja erradicada e o ambiente seja protegido”, a Rio+20 afirmou-se como a maior conferência da ONU já realizada, tendo contemplado a ampla participação de governos, sociedade civil, responsáveis da ONU, acadêmicos, líderes de empresas, jornalistas e população em geral. Com o objetivo de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, a iniciativa pro-

curou avaliar todo o progresso feito até ao presente e as falhas que prevalecem na implementação dos resultados decorrentes dos anteriores encontros sobre desenvolvimento sustentável, bem como os principais desafios para o futuro.

O fim da Conferência ficou marcado por um sentimento misto e antagónico, de desalento e de missão cumprida, por se ter definido um roteiro para um crescimento limpo, mas sem metas. Após três dias reunidos, os Chefes de Estado e os ministros adotaram um documento que pretende impulsionar o crescimento de um mundo sem a destruição do planeta, intitulado “O futuro que queremos”, alvo tanto de saudações como de críticas.

Este documento, para além de reforçar compromissos anteriores, lança novos processos negociais sobre a proteção dos oceanos, a criação de objetivos

globais para a sustentabilidade e o reforço do financiamento aos países em desenvolvimento.

A Associação IN LOCO marcou presença na Cúpula dos Povos, coorganizando o encontro “Sustentabilidade e participação + de 20 anos depois”. Esta iniciativa permitiu a realização de debates sobre os impactos dos processos de participação dos cidadãos no desenvolvimento dos territórios e da cidadania, assim como a apresentação do trabalho desenvolvido por várias redes nacionais de Orçamentos Participativos na construção de espaços de democracia local e na qualificação dos cidadãos nas decisões políticas.

A Rio+20 encerrou com a sensação de que vários eventos paralelos da sociedade civil tiveram pouca influência nas decisões oficiais, tal como a Cúpula dos Povos ou os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Luísa Schmidt, socióloga que representou o Concelho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, alegou que “há demasiado divórcio. Devia haver muito mais ligação entre uma cimeira e os outros eventos”, sendo “mais importante a vivacidade e a criatividade que a sociedade civil está a manifestar, do que um documento”.

Conferência Internacional PAC: Passado e Futuro



A cidade de Sófia, na Bulgária, acolheu a conferência internacional “PAC: Passado e Futuro”, a 26 e 27 de junho de 2012, inserida na campanha “RE:Turn to the Future”, que procura sensibilizar a população de Portugal, Bulgária, Estónia e Malta para a importância da Política Agrícola Comum (PAC) e da sua reforma, por ocasião do 50.º aniversário da PAC.

Na conferência foram abordados temas da maior importância para os territórios rurais: as agriculturas nacionais no âmbito da PAC; as expectativas dos cidadãos urbanos relativamente à agricultura; a manutenção da capacidade de produção das comunidades; qualidade, diversidade e saúde; o futuro da sociedade rural; e a agricultura biológica e o agroturismo.

O evento reuniu 120 especialistas na área da agricultura e desenvolvimento

rural dos quatro países. De Portugal, estiveram presentes a Federação MINHA TERRA, a Confederação dos Agricultores de Portugal, a ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, a AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica e a Consultores de Comunicação.

Luís Chaves da MINHA TERRA apresentou a evolução do LEADER em Portugal, uma experiência de 20 anos muito valorizada pelos participantes dos restantes Estados-Membros, assim como as perspetivas e desafios que se colocam ao LEADER e aos GAL para o novo período de programação, perante a possibilidade de trabalhar numa abordagem local recorrendo a diferentes fundos comunitários.

<http://cap.europe.bg/pt/>



Foto: MCTI Brasil

1.º Encontro Nacional Aldeias Sustentáveis e Ativas

A 31 de maio, na Escola Superior Agrária de Santarém, realizou-se um encontro dedicado às “Oportunidades e obstáculos à dinamização de aldeias sustentáveis e ativas”. Organizado no âmbito do projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Ativas, promovido pela ANIMAR, ADC Moura e ICE – Instituto das Comunidades Educativas, foi apoiado pelo Programa da Rede Rural Nacional, com o objetivo de valorizar a intervenção em aldeias isoladas ou em risco de despovoamento.

Seminário “O Meio Rural e o Ecoturismo”

O Parque Biológico de Vinhais foi o palco de um seminário, dias 5 e 6 de maio, sobre “O Meio Rural e o Ecoturismo”, organizado pela AEPGA e o Parque Biológico de Vinhais.

A iniciativa pretendeu divulgar alguns projetos nacionais e internacionais de ecoturismo e refletir acerca da sua importância enquanto alternativa para o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades, aspirando à consciência ambiental e aos benefícios que pode trazer à população envolvida.

ADDLAP promove sensibilização ambiental

A ADDLAP é um dos parceiros europeus do projeto AARC – Atlantic Aquatic Resource Conservation, que pretende preservar os ecossistemas ribeirinhos através da conceção e aplicação de estratégias de gestão integrada. No âmbito do projeto, que tem nos recursos hídricos na região do Dão, Lafões e Alto Paiva um dos objectos da intervenção, a ADDLAP realizou junto das comunidades locais, nomeadamente de alunos e professores, um conjunto de atividades de sensibilização, que decorreram entre maio e junho.

Comemoração do Dia Internacional de Combate à Desertificação

Para comemorar o Dia Internacional de Combate à Desertificação, que este ano incidirá sobre a temática “Healthy soil sustains your life: Let’s go land-degradation neutral”, o auditório da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa acolheu, no passado dia 15 de junho, um seminário subordinado ao tema nacional “Iniciativas Portuguesas para Limitar a Degradação das Terras nas Áreas Suscetíveis à Desertificação”.



ADD entrega contratos LEADER

A ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, entidade gestora da Abordagem LEADER, realizou cinco cerimónias de entrega de contratos, entre 9 e 23 de maio, em Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Aguiar da Beira, concelhos que compõem o seu território de intervenção.

Os contratos entregues dizem respeito a candidaturas apresentadas no âmbito do segundo concurso da ADD, onde foram aprovados 56 projetos, dos 85 submetidos a concurso, num investimento total de 5,2 milhões de euros, com um apoio público de 3,4 milhões

de euros, que permitirão criar 68 postos de trabalho.

Tratam-se de valores expressivos para o território, o que revela o potencial do LEADER na dinamização e criação de emprego nas zonas rurais. Isto torna-se ainda mais evidente se se juntar a estes números os do concurso anteriormente realizado, pois no total dos dois concursos foram já aprovados 80 projetos, que perfazem um investimento de 8,5 milhões de euros, dos quais 5,2 milhões dizem respeito a comparticipação pública, conduzindo à criação de mais de 160 postos de trabalho na região.

Comités de Acompanhamento dos Programas de Desenvolvimento Rural

Avaliar a execução dos Programas no ano de 2011 foi o tema comum na realização dos Comités de Acompanhamento do PRORURAL, PRODER e Programa da Rede Rural Nacional, que decorreram em junho.

O primeiro, que teve lugar a 21 de junho, foi o do PRORURAL, e evidenciou uma boa execução do programa, que no final de 2011 se encontrava já em 54,4%, valor situado acima da média europeia. Fátima Amorim, gestora do PRORURAL e Diretora Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura da Região Autónoma dos Açores, avançou que “neste momento já atingimos praticamente os 200 milhões de euros de pagamentos da Região, o que são valores significativos para a nossa economia”.

O PRORURAL, que conta com uma despesa pública estimada de 322 milhões de euros, dos quais 274 milhões têm origem no Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER), tem apoiado a criação de microempresas e de emprego, e colocado à disposição dos produtores, agricultores e população das zonas rurais do arquipélago

recursos financeiros que têm sido aproveitados “ao máximo”. A eficácia da execução do PRORURAL é avaliada periodicamente pelo Comité de Acompanhamento, que monitoriza também os objetivos específicos do programa, os resultados da execução, os objetivos fixados para cada eixo e as avaliações contínuas.

A 26 de junho teve lugar a reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Rede Rural Nacional, o primeiro realizado sob a orientação da nova autoridade de gestão. O ponto de situação revelou uma execução do Programa relativamente fraca, prevalecendo riscos de incumprimento da regra do N+2, o que levou a autoridade de gestão a apelar a todos participarem no esforço de cumprir os objetivos traçados.

O Comité de Acompanhamento do PRODER reuniu a 27 de junho. Na ocasião a Gestora do Programa, Gabriela Ventura, fez uma apresentação do ponto de situação PRODER, incidindo sobretudo na execução do ano de 2011. O encontro permitiu também compreender a dinâmica de trabalho e a exe-

cução do PRODER ao longo do primeiro semestre de 2012, assim como apresentar uma visão mais qualitativa do Programa, nomeadamente o escrutínio das áreas que têm tido mais força no PRODER.

Regina Lopes, Presidente da MINHA TERRA, frisou que “há algumas linhas de força que se percebem. Por exemplo, a importância dos investimentos protagonizados pelos jovens é uma área extremamente importante, até porque muitos projetos continuam a entrar com uma grande cadência.” Constatou-se, assim, que o PRODER está com uma taxa de execução razoável e o Governo estabeleceu o objetivo de execução de 60% do programa até ao final do ano, desafio bastante significativo.

Realçando a especificidade da abordagem LEADER e a sua importância para os territórios rurais, que é ainda mais assinalável neste momento de crise, Regina Lopes manifestou que as Associações de Desenvolvimento Local “estão empenhadas em dar o seu contributo para a melhoria da execução do LEADER”, uma das componentes do PRODER.

Feira de Sabores e Saberes promovida pela ADDLAP

“Saberes e Sabores Rurais na sua essência” foi a iniciativa realizada, entre 25 e 27 de maio, pela ADDLAP, em parceria com a Escola Superior Agrária de Viseu e a respetiva Associação de Estudantes. A realização desta Feira, que incluiu um festival de música tradicional, uma mostra de artesanato e palestras temáticas, procurou perspetivar o papel dos jovens numa agricultura dinâmica e inovadora, que respeite a tradição e promova o desenvolvimento rural.

IN LOCO publica coletânea de textos de Alberto Melo

A Associação IN LOCO publicou uma coletânea de textos de Alberto Melo, um dos pioneiros do trabalho de Desenvolvimento Local em Portugal. “Passagens Revoltas” reúne um conjunto de textos em que defende os seus valores e opções filosóficas e ideológicas, relativas aos seguintes temas: Educação e, sobretudo, Educação de Adultos; Conflitos Políticos e Laborais; Animação Territorial e Desenvolvimento Local; Cidadania Ativa e Democracia Participativa; e Crítica da Economia Dominante.

Mostra de Gastronomia na Assembleia da República

Deputados de vários partidos provaram o melhor da gastronomia da região Beira Serra, numa Mostra de Saberes e Sabores promovida pela ADIBER a 9 de maio.

A iniciativa procurou sublinhar a importância da participação dos agentes locais dos territórios na delimitação das metas para as quais caminham e, desta forma, a necessidade de serem disponibilizados recursos e instrumentos para estes concretizarem o seu espírito empreendedor através das suas iniciativas e projetos.

Fortificações de Elvas classificadas como Património Mundial

As fortificações de Elvas, fundadas no reinado de D. Sancho II e construídas sobre uma estrutura muçulmana, foram classificadas como Património Mundial pela UNESCO na categoria de bens culturais, a 30 de junho.

As fortificações constituem a maior fortaleza abaluartada da Europa e “um dos mais importantes casos de sobreposição de funções e de evolução das conceções estratégicas e militares ao longo da História”, tal como refere a proposta enviada à Comissão Nacional da UNESCO.



endedoras que conduzam à conceção de novas ideias para os resíduos, apostando na necessidade de intervir atempadamente na criação de novos hábitos de consumo que os possam reduzir e consciencializar a população acerca da necessidade de reutilizar, valorizar e reciclar os resíduos. A iniciativa contempla também a conceção e o desenvolvimento de um Programa Educativo Integrado com atividades que conjugam a educação ambiental com a inovação e o empreendedorismo.

O projeto valoriza a aprendizagem na tomada de decisões que tenham em conta as vertentes económica, ecológica e equitativa de todas as comunidades, estimulando a compreensão e a discussão de melhores escolhas que não comprometam o futuro.

Nesta final participaram as equipas vencedoras das respetivas finais municipais. O grupo vencedor na categoria Ensino Básico apresentou o seu projeto intitulado “Escola de futuro”, que propõe a criação de hortas biológicas no espaço escolar, contemplando também a realização de *workshops* e fóruns de discussão, numa perspetiva inter e intraescolar. O grupo vencedor do Ensino Secundário/Profissional propôs o projeto “Crushingcans”: a construção de uma máquina amassadora de latas que permita reduzir os resíduos de forma automatizada.



Concurso de Ideias da DUECEIRA estimula espírito empreendedor

O Concurso de Ideias ELOZ, realizou-se a 30 de maio, no Centro Cultural de Poiares, no âmbito do projecto Empreendedorismo Jovem desenvolvido pela DUECEIRA – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça – GAL-ELOZ.

Participaram no Concurso de Ideias 54 alunos, que apresentaram 18 projetos de empreendedorismo a cerca de 130 estudantes das escolas do território de intervenção do GAL-ELOZ, que compreende os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da

Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

O projeto Empreendedorismo Jovem tem como finalidade contribuir para um trabalho contínuo junto das crianças e jovens, procurando que estes adquiram competências sociais que os preparem para um papel de futuros agentes de desenvolvimento do território.

Na globalidade do projeto estiveram envolvidos 802 alunos, dos três ciclos de ensino das 16 escolas participantes, foram formados 49 professores na metodologia, realizaram-se sete feiras concelhias e uma feira regional.

Terras de Sicó promove empreendedorismo e gestão de resíduos

A Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento Local foi a responsável pela coordenação do projeto “Gestão de Resíduos e Empreendedorismo nas Escolas”, desenvolvida junto dos municípios associados, comunidade escolar e apoiada financeiramente pelo MAIS CENTRO

– Programa Operacional Regional do Centro. O concelho de Pombal foi palco da Final Intermunicipal, realizada no passado 1 de junho.

O projeto envolve cinco Municípios (Alvaiázere, Ansião, Condeixa, Penela e Pombal) e tem como objetivo a promoção de atitudes empre-



ADRUSE coloca jovens no caminho do empreendedorismo

A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela encontra-se a implementar o projeto “Os jovens da Serra da Estrela no Caminho do Empreendedorismo”, que envolve os cinco municípios do seu território

de intervenção: Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia, compreendendo 7 Escolas, 28 professores e 474 alunos.

Entendendo o empreendedorismo como um comportamento que permite aos

cidadãos serem mais assertivos e responderem com maior eficácia aos desafios atuais do mercado de trabalho, a ADRUSE promove esta iniciativa com o objetivo de sensibilizar os jovens para o empreendedorismo como gerador

de emprego e como meio de dinamização dos territórios do interior, que registam um reduzido espírito empreendedor e resistência à criação do próprio emprego.

O projeto de empreendedorismo na Serra da Estrela procura fornecer aos jovens competências que lhes possibilitem o desenvolvimento do seu espírito criativo, inovador, pró-ativo e assertivo, permitindo-lhes compreender que o seu futuro profissio-

nal pode ser solidificado na região.

Desta forma, foram desenvolvidas algumas atividades entre professores e alunos do ensino secundário e profissional, das quais se destaca a implementação de um Concurso de Ideias para a Serra da Estrela, que foi realizado num primeiro momento a nível municipal, e que culminou, a 14 de junho, com um concurso supramunicipal, no Cine Teatro Jardim, em Seia.



Membros do Governo visitam stand da MINHA TERRA

ADL apresentam produtos locais na FIA



O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo, foi recebido, no dia 5 de julho, no espaço dinamizado pela MINHA TERRA na Feira Internacional do Artesanato, em parceria com a Rede Rural Nacional, e a colaboração das Associações de Desenvolvimento Local, com o que melhor se produz nos territórios rurais.

Daniel Campelo contactou, um a um, os produtores presentes, ouvindo atentamente

as explicações sobre os projetos e iniciativas em exposição, elogiando a criatividade dos artesãos e a qualidade ímpar dos produtos locais, das originais peças de artesanato aos inovadores sabores que trazem o melhor que a natureza pode dar.

Conhecedor do trabalho desenvolvido pela MINHA TERRA e as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) na área do desenvolvimento rural em geral e dos produtos locais em particu-

lar, no âmbito da Abordagem LEADER, Daniel Campelo reforçou a necessidade de dar continuidade às parcerias constituídas, que promovem a produção, comercialização e promoção da produção local, numa lógica de proximidade entre produtores e consumidores.

Logo no dia de abertura da FIA, sábado, 30 de junho, o Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, em visita ao stand da MINHA TERRA, louvou não só a iniciativa da

MINHA TERRA no certame como assinalou o potencial dos projetos apoiados no âmbito da Abordagem LEADER capazes de criar novos postos de trabalho nos territórios rurais.

Aliando-se a esta participação coletiva na FIA, as ADL levaram até à FIA uma pequena mostra do mundo rural, proporcionando aos produtores a oportunidade de divulgar e promover os seus projetos e negócios, que criam emprego e contribuem para a diversifi-

cação da economia e a melhoria da qualidade de vida nos territórios rurais.

Do artesanato à produção agroalimentar, foram muitos os produtos de exceção que conquistaram os visitantes da FIA, em especial os aromas dos vinhos do Minho, da Península de Setúbal e do Alentejo, do azeite alentejano, e os sabores do fumeiro regional transmontano.

Inauguração de dois projetos nas Terras do Sousa



O mês de maio foi o palco de duas inaugurações respeitantes a dois projetos financiados no âmbito do LEADER no concelho de Penafiel, integrado no território de intervenção da ADER SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das

Terras do Sousa. No dia 19 de maio, o restaurante “Aventuras no Prato”, na freguesia da Figueira, abriu as suas portas. Com uma capacidade para 100 pessoas sentadas, o restaurante pretende recriar a gastronomia típica desta zona do país,

desenvolvendo receitas tradicionais adaptadas às exigências dos consumidores atuais e primando pela qualidade das confeções apresentadas.

Conciliando o respeito pela paisagem envolvente de forma a tornar-se um espaço atrativo

e agradável, com o cumprimento de todos os requisitos legais, o local contribui simultaneamente para revitalizar o mercado local, aglutinando o passado e a contemporaneidade na junção da arquitetura e da gastronomia.

No dia seguinte, 20 de maio, teve lugar a inauguração do Centro Cultural de Quintandona - Casa do Xiné, na freguesia de Lagares, obra que revelou ser de elevada importância para a Cultura da Comunidade de Lagares, pois é a casa do Grupo de Teatro ComoDeantes. A comemoração culminou num fim de semana cultural que foi acompanhado por uma Feira de Produtos Agrícolas Tradicionais, Artesanato, Doceria, Licores e Pintura.

Alberto Fernando da Silva Santos, presidente da Câmara Municipal de Penafiel, marcou presença na inauguração, aberta a toda a comunidade de Lagares.

Sensibilizar para a conservação e a valorização do património

Portugal dispõe de um património rural ímpar, que deve ser valorizado como fator de desenvolvimento económico, social e cultural.

Constituído ao mesmo tempo por elementos materiais e imateriais, o mundo rural possui um património cultural, edificado, natural, agroalimentar e paisagístico de infinita riqueza. Este património, que urge preservar, pode funcionar igualmente como motor de desenvolvimento do território em que se situa.

Reconhecer o valor do passado, proteger e valorizar o património rural, torná-lo conhecido, acessível e interativo com as populações rurais é uma tarefa indispensável à manutenção dos equilíbrios ecológicos, à preservação da autoestima dos residentes e do desenvolvimento sustentável, de carácter económico, social e cultural. Esta tarefa incumbe não só às instituições oficiais, Associações de Desenvolvimento Local e restantes entidades privadas ligadas ao setor, mas também às populações que deverão ter orgulho no património existente no seu território.

O património do mundo rural deve ser entendido, fruído e utilizado tendo em conta todas as suas componentes (paisagem, edifícios, técnicas, instrumentos, saberes-fazer e a própria população rural) como um verdadeiro fator de desenvolvimento sustentável, quando integrado com o turismo, o artesanato,

a gastronomia e as tradições culturais, numa cadeia de valor para o território.

As questões sobre o mundo rural e o seu património têm vindo a constituir nos últimos anos um importante tema de reflexão por parte das entidades Europeias, nomeadamente o Conselho da Europa.

Em 2003, o Secretário-Geral do Conselho da Europa lançou o repto para que as autoridades competentes de cada país providenciassem a adaptação às realidades nacionais, do *Guia Europeu de Observação do Património Rural*, então apresentado em reunião do Comité Europeu dos Ministros da Administração do Território.

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), atenta à sua missão e atribuições no âmbito da dinamização dos territórios rurais e da valorização do património rural, assumiu em 2008 essa tarefa como indispensável, procedendo em finais de 2009 à publicação do *Guia de Observação do Património Rural*, de uma forma que pensamos criativa e adaptada à realidade portuguesa.

Este Guia pretende, antes de tudo, ser um instrumento de sensibilização dos agentes de desenvolvimento local e das populações, sobretudo as mais jovens, para o valor dos diferentes tipos de património existentes nos territórios rurais, sobretudo o património não classificado, muitas vezes subestimado ou mesmo esquecido.

Espera-se que este trabalho venha a ter utilidade a vários níveis, quer por ser um meio para sensibilizar as populações para a importância do património rural, quer por ajudar a definir as metodologias consideradas úteis ao lançamento de estudos e projetos que possam contribuir para a sua conservação e valorização, nos territórios onde estão inseridos.

Para que a produção deste Guia não seja um projeto acabado, mas tão só o início de um processo de consciencialização para o património rural, a DGADR pretende vir a desenvolver um trabalho de parceria com outras entidades no sentido de elaborar uma versão do Guia adaptada às camadas mais jovens, com o objetivo de as sensibilizar e informar sobre a importância e o significado dos valores patrimoniais, enquanto pertença das populações e dos territórios e como fator de desenvolvimento local sustentável.



Guilherme Lewes
Engenheiro Agrónomo,
Técnico da Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais,
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural



Foto: Rui Vasco

Guia de Observação do Património Rural

Realização: **Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)**

Maria Custódia Martins Fernandes Pereira Correia, Guilherme José Amaral Gomes Lewes, Jorge Ramiro de Oliveira Pires Santana, Maria Regina Simões Santos

Edição: **Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**

O principal objetivo do *Guia de Observação do Património Rural* é sistematizar o olhar sobre o património dos nossos territórios rurais e fornecer informação, de forma organizada e didática, sobre os diferentes tipos de património rural.

O Guia começa com a abordagem conceptual do Património Rural, seguindo-se o capítulo dedicado à Identificação e Tipificação dos diferentes tipos patrimoniais existentes, tanto os materiais (como, por exemplo, a paisagem, o património edificado, os produtos agroalimentares tradicionais, o artesanato), como os imateriais (como é o caso dos saberes-fazer locais, dos hábitos tradicionais, alimentares ou não, relativos à vida privada ou coletiva).

Para cada tipo de património inventariado, encontram-se discriminados os principais elementos a apreciar e os principais aspetos positivos e negativos que podem ser encontrados em cada situação.

O terceiro capítulo propõe uma Metodologia para a Observação do Património Rural, nomeadamente, a escolha do território-alvo, a forma de definir um projeto de intervenção no património rural e o processo de

identificação, relativamente ao qual o Apêndice apresenta modelos de fichas temáticas de inventário de terreno.

O capítulo seguinte dedica-se às diferentes formas de intervenção no património rural, designadamente a sua valorização, que pode implicar atividades de restauro, renovação, reabilitação, redirecionamento da utilização, divulgação, restituição à comunidade e transmissão às gerações vindouras.

O capítulo final aborda o património rural como vetor de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida, fator de atratividade turística e de criação de emprego. São referidas as formas de atuação no património, as suas formas de gestão e os tipos de apoio à sua preservação e valorização.

Para além das referências bibliográficas, o Guia conta igualmente com um anexo dedicado às fontes consultadas e à legislação relacionada e com outro anexo que contém um Glossário com o significado de algumas das designações que aparecem no decorrer do texto.

O estudo pode ser consultado em **www.dgadr.pt**



Património e desenvolvimento rural

Quando viajamos por qualquer país, incluindo o nosso, vamos notando as mudanças na paisagem natural, reparando nas diferentes técnicas e culturas agrícolas e registando as variações na arquitetura. A essas diferenças costumam estar associadas outras características, como tradições, culinárias, músicas, pronúncias, etc. Ou seja, diferentes culturas.

Esse é, aliás, um dos principais motivos pelos quais as pessoas viajam: procuram territórios e culturas

diferentes dos seus, de modo a expandir o seu conhecimento do mundo e dos outros.

Essas características peculiares e na maior parte dos casos inimitáveis são mais-valias de que os territórios que as souberam preservar dispõem. Qual o interesse de visitar uma zona descharacterizada, sem uma cultura, uma paisagem ou um espaço edificado distintivo? Pelo contrário, territórios que conseguiram preservar o seu património são cada vez mais procurados pelos

turistas, dinamizando a sua economia. O património pode ser utilizado, portanto, como importante fator de desenvolvimento.

Mas o que é, afinal, o património?

Há 20 anos, num seminário realizado em Caracas, na Venezuela, sob a égide da UNESCO, foi aprovada a Declaração de Caracas, que estabeleceu uma definição de património que se tem revelado consensual: “O Património Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é

composto por todas as expressões materiais e espirituais que a constituem, incluindo o meio ambiente natural”.

Significa isto que o património, material ou imaterial, “marca” a identidade de um povo, entendendo-se aqui a palavra “marca” simultaneamente como “registra” e “influencia”. Ou seja, ao conhecermos o património ficamos a conhecer uma importante parte da cultura e das características de um povo; ao mesmo tempo, esse património é determinante para esse povo ser

Classificação do património arquitetónico e arqueológico

O sistema português de proteção do património remonta a 1721, quando D. João V atribuiu à Academia Real da História Portuguesa responsabilidades na conservação do património. Tratava-se de uma instituição que, inspirada no espírito do Iluminismo, procurava investigar e divulgar a História de

Portugal de acordo com as novas metodologias científicas da época.

No Decreto Régio de D. João V estabelecem-se também as primeiras regras para a preservação do património: «que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo,

nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos [antigos], ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos [...] lâminas ou chapas [...] medalhas ou moedas».

Nos quase 300 anos que entretanto passaram, houve muito património que se perdeu no nosso país, quer por demolição, geralmente para se construir outro edifício mais moderno, quer por falta de conservação, deixando ao tempo o seu papel de lenta erosão.

Chegamos então aos dias de hoje com 4.170 imóveis classificados ou em vias de classificação (também sujeitos a proteção legal). Devido ao interesse particular de muitos destes imóveis, de modo a assegurar a sua proteção e do seu espaço envolvente, existem também em muitos casos zonas de proteção no seu redor, que incluem podem incluir muitos outros edifícios.

Compete ao IGESPAR, que se encontra em reestruturação e será integrado na Direção-Geral do Património



como é, pois transporta a sua história e as suas tradições, assim como condições que influenciam a sua atividade económica.

O trabalho desenvolvido nos territórios rurais pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) tem permitido preservar e valorizar o património desses territórios, quer através de projetos que sobre ele incidem diretamente (recuperação de edifícios; recuperação e reutilização de receitas, músicas e tradições; criação de rotas turísticas para conhecer o património, etc.) quer de projetos que o valorizam de forma indireta.

Ao promover a produção de produtos locais, encontrar novos modelos para a sustentabilidade económica da agricultura tradicional, criar emprego e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais as ADL estão também a valorizar o património, evitando o abandono rural e preservando a sua identidade cultural e territorial.

Economia e património rural

Tradicionalmente, a agricultura era a atividade estruturante das economias das zonas rurais, absorvendo uma grande quantidade de mão de obra, e em torno da qual se desenvolviam diversas atividades a ela associadas.

As mudanças registadas no setor agrícola, na sociedade e na economia de muitos territórios rurais levram a que em muitos deles a agricultura perdesse o papel central e em muitos outros, apesar de o manter, ela fosse insuficiente para suportar a economia local. A diversificação de atividades revelou-se então indispensável para compensar a diminuição no nível de emprego na agricultura.

A criação do LEADER, há 20 anos, procurou dar resposta a esta realidade. Acrónimo de Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, desde então o LEADER tem

sido utilizado para desenvolver a economia e a qualidade de vida das populações rurais, através de iniciativas que favoreçam o seu desenvolvimento integrado.

Para o realizar, é necessário valorizar as condições endógenas do território, pois são essas que oferecem fatores diferenciadores que podem ser usados como vantagens competitivas. E o património, na sua vertente mais ampla que considera o material (arquitetónico, natural, etc.) e o imaterial (costumes, música, etc.) é uma das características endógenas com maior potencial económico nos territórios rurais.

Desde logo porque sendo o turismo um dos setores económicos mais importantes em Portugal, a valorização do património torna os territórios rurais atrativos para os turistas,

desenvolvendo os setores do alojamento e restauração, mas também da recuperação urbana nas aldeias e vilas, do artesanato, da produção de alimentos, etc.

Adicionalmente, a identidade específica de cada território rural é também uma mais-valia na produção, promoção e comercialização de variados produtos e serviços. Os produtos com a marca da ruralidade são atualmente valorizados pelos consumidores, que associam a ruralidade à qualidade e à autenticidade.

Mas para os produtos com essas características serem produzidos nos territórios rurais é necessário que essas regiões mantenham a sua identidade territorial e patrimonial, preservem os saberes tradicionais, conciliando as técnicas mais avançadas com a preservação do seu património único.

Cultural, propor a classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional, definindo os critérios que deverão ser utilizados neste processo. Os critérios são de carácter geral – histórico-cultural, estético-social e técnico-científico – e de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem.

Os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de Interesse Nacional (sendo-lhes atribuída a designação de Monumento Nacional), Interesse Público ou Interesse Muni-

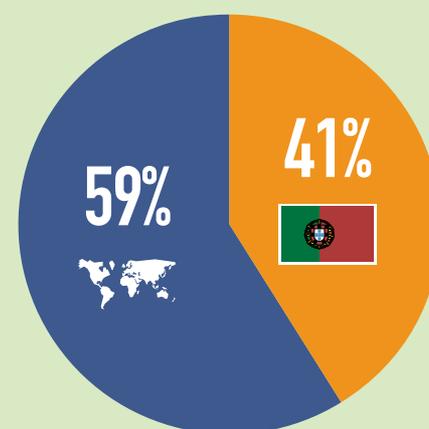
cipal (classificação camarária). Podem ainda ser considerados Monumentos, Conjuntos ou Sítios, de acordo com as suas características.

O património classificado e em vias de classificação de cada concelho pode ser consultado no [portal do IGESPAR](http://portal.igespar.pt), através de uma ferramenta de fácil utilização e que disponibiliza informações com grande interesse e detalhe.

www.igespar.pt

Sabia que...

Em 2010, num total de 4.307.500 visitas a museus, palácios e monumentos, 59% foram realizadas por cidadãos estrangeiros?



Fonte: IGESPAR

Edição de livros que preservam a memória

Reconhecendo a importância de preservar, divulgar e valorizar o património imaterial existente nos seus territórios de intervenção, as Associações de Desenvolvimento Local têm apoiado e promovido a edição de livros e publicações monográficas sobre esse património.

O apoio concedido pela associação TERRAS DO BAIXO GUADIANA à edição do livro *Terra Crua: Arquitectura de Natureza* é um bom exemplo de como essas publicações são importantes para recuperar as tradições e saberes locais, integrando-os na vivência atual. Tratando-se de uma técnica construtiva com milhares de anos, que foi caindo em desuso nos tempos mais recentes, a construção em terra oferece, hoje, estruturas de grande resistência sísmica, confortável isolamento térmico e pegada ecológica mínima.

O livro *Bonecos de Santo Aleixo – a sua (im)possível história*, apoiado pelo MONTE, ACE é também exemplo da importância que uma edição pode ter como elemento de recolha de saberes e a sua disponibilização à sociedade, revitalizando as práticas que se retratou. O livro constitui-se assim não como uma meta, mas como um ponto de partida para a revitalização dos costumes tradicionais.



Património Cultural Imaterial

Costumes, tradições e identidade

As especificidades dos territórios rurais não residem só na sua paisagem natural e humanizada, são constituídas também pelas suas gentes e costumes. Em conjunto, estes elementos constituem a identidade do território, que não deve ser entendida como um conceito estático, mas como um processo vivo de intercâmbio, trocas e assimilações.

Preservar a identidade do mundo rural é preservar os vários elementos que a configuram, mas conciliando essa proteção com a realidade dinâmica em que estes se situam.

Relativamente ao património material é hoje evidente que este deve ser acautelado e valorizado de um modo que permita a sua fruição pelas pessoas, seja por estarem integrados na sua vivência quotidiana seja por poderem ser visitados. E a sua utilização torna-se até fator protetor na sua preservação.

No que diz respeito ao património imaterial, nem sempre as coisas se apresentam de forma tão evidente, sobretudo pelo seu carácter intangível e, portanto, mais difícil de compreender e delimitar. Mas, também neste caso, a sua preservação (dos saberes,

formas de expressão, festas, danças populares, músicas, costumes, etc.) tem de ter em conta o contexto social em que estas manifestações ocorrem. E, mais ainda, a sua preservação só se consegue assegurar se esses elementos imateriais tiverem uma função para a população, se por ela forem utilizados e, portanto, preservados. Essa função pode ser de vários tipos – económica, religiosa, de entretenimento ou outra – mas é fundamental que exista, para que não caia em desuso e acabe por se perder.

Beneficiando da sua integração territorial e proximidade às populações, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm dado um importante contributo para a preservação do património cultural imaterial dos territórios rurais.

Ao gerirem o LEADER de forma descentralizada, as ADL têm apoiado projetos que visam diretamente a recolha, valorização e dinamização desse património. Mas apoiam também outros projetos que o fazem indiretamente, pois ao investirem no desenvolvimento integrado dos territórios rurais estão também a contribuir para a preservação da sua identidade, a

manutenção dos costumes e a criação de novos usos para estes.

Os exemplos são abundantes: ao apoiar o projeto de recuperação e valorização dos saberes ligados à arquitetura em terra, a TERRAS DO BAIXO GUADIANA está simultaneamente a preservar um bem imaterial, a promover uma atividade económica local e a defender a sustentabilidade ambiental; ao desenvolverem os circuitos curtos de comercialização de produtos agrícolas, diretamente do produtor ao consumidor, as ADL envolvidas no PROVE estão a promover a economia local e a valorizar atividades agrícolas tradicionais, fundamentais para a preservação da paisagem e da identidade das populações; ao promoverem o empreendedorismo as ADL de todo o país estão a promover a economia rural e a evitar o abandono rural.

A missão de promoção do desenvolvimento rural integrado anda, afinal, a par e passo com a preservação do património imaterial. Para o desenvolvimento ser integrado não pode esquecer a cultura local, ao mesmo tempo que essa cultura é também um importante fator de desenvolvimento social e económico.



Património natural e desenvolvimento

O desenvolvimento económico tem sido, sobretudo a partir da revolução industrial, um fator de pressão sobre o ambiente. O consumo crescente de energia, com a consequente emissão de poluentes para a produzir, o desenvolvimento da sociedade de consumo, produzindo-se sempre mais produtos e com prazos de vida útil cada vez mais curtos, e um crescimento urbanístico acentuado (e, tantas vezes, desordenado), foram gerando agressões ao meio ambiente, provocando a destruição de muitos ecossistemas, a contaminação do solo, água e atmosfera, e alterações climáticas à escala global.

Isto conduziu ao desenvolvimento de uma conceção geral acerca do desenvolvimento como inimigo do ambiente. E vice-versa.

Se, em geral, as coisas não têm de ser assim, no caso do desenvolvimento rural, devem mesmo ser consideradas de forma oposta. O património ambiental dos territórios rurais é um dos mais importantes ativos de que estes dispõem, um recurso endógeno de grande valor, que deve ser preservado, valorizado e aproveitado economicamente.

A destruição desse património, muitas vezes com a miragem de um crescimento económico acelerado, suportado na exploração de minas ou pedreiras, instalação de indústrias poluentes ou de modos agrícolas ecológica e socialmente não sustentáveis, redundava invariavelmente numa desilusão. Esgotados esses recursos, que são finitos, os territórios deprimem-se economicamente (e não só), pois perderam as características naturais que lhes podiam ter assegurado um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento de atividades económicas que preservem o ambiente é fundamental

para a economia e para identidade dos territórios rurais e das suas populações. Perspetivar o desenvolvimento rural integrado é considerar todas estas dimensões.

Com isto presente, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm valorizado o baixo impacto ambiental dos projetos que lhes são apresentados. Nesse sentido, a ESDIME criou mesmo um conjunto de recomendações para os promotores de projetos minimizarem o impacto ambiental das suas iniciativas.

Através do LEADER, as ADL têm também apoiado projetos diretamente dedicados à valorização do património ambiental, como a criação e sinalização de percursos pedestres no concelho de Mirandela (DESTEQUE), de percursos turísticos pelo património cultural e ambiental, em Viseu (ADDLAP), o Centro de Interpretação da Paisagem Vegetal, no concelho de Idanha-a-Nova (ADRACES), o Centro Interpretativo da Serra de Monchique (VICENTINA) e os Trilhos de São Roque do Pico (ADELIAÇOR).

Além disso, o trabalho das ADL no apoio a projetos de promoção e revitalização das atividades tradicionais, ligadas à terra e aos ciclos naturais, incorporando agora elementos de inovação que melhorem a qualidade de vida das populações, tem-se revelado também essencial na preservação do património ambiental.

Um espaço rural abandonado é invadido por espécies infestantes que desvalorizam a paisagem e destroem os ecossistemas. Na região mediterrânica, os ecossistemas agro-silvo-pastoris, como o montado, criados pela acção humana e utilização sustentável do território, são reconhecidos pelos elevados níveis de biodiversidade. A sua preservação implica a manutenção das pessoas no território rural e a continuação das atividades tradicionais. Ou seja, requer um conceito de desenvolvimento integrado, que considera a paisagem natural e a humanizada, as dimensões ambiental, económica e cultural.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTEQUE
www.destequ.pt
- 11 DOLMEN
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 ADRUSE
www.adruse.pt
- 24 ADRACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIAÇOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.org



Licenciado em História, na área de especialização de História da Arte, Elísio Summavielle passou praticamente toda a sua vida profissional nos organismos do Estado ligados ao património, como a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), que chegou a dirigir. No último governo do PS foi Secretário de Estado da Cultura. Francisco José Viegas, que atualmente assume a pasta, convidou-o para dirigir a nova Direção-Geral do Património Cultural, fundindo o IGESPAR com o Instituto dos Museus e da Conservação.

Falta ganhar uma ger para o património

Foi Secretário de Estado da Cultura do último Governo do PS e este ano foi nomeado Diretor-geral do Património por um Governo do PSD. A atual política para o património é semelhante à que existia quando estava no Governo?

Em primeiro lugar, com muito orgulho pertenci ao XVIII Governo Constitucional que como sabe durou apenas um ano e meio, mas na minha carreira de 31 anos na área do património cultural, apenas durante esse ano e meio estive fora da área específica do serviço público do património.

Todo o processo do património tem uma continuidade lógica e a reforma que eu já há mais de uma década defendi e defendo publicamente foi

assumida com coragem política pelo atual Secretário de Estado da Cultura. Portanto, dado o meu posicionamento enquanto servidor público e funcionário público que sou e perante o desafio que me foi colocado pelo atual Secretário de Estado da Cultura, eu achei que em coerência com o meu pensamento de sempre nesta área não poderia recusar o convite. É uma continuidade, um regresso ao serviço público, desta vez com a perspectiva de uma reforma que dá, do meu ponto de vista e do ponto de vista da minha tutela, o melhor enquadramento possível para a área do património cultural que passa a ser gerida univocamente, ou seja, numa Direção-Geral do Património Cultural [DGPC] e com Direções

Regionais de Cultura com competências acrescidas de maior implantação territorial. É uma questão de coerência no meu percurso profissional.

Esta fusão de institutos está em curso. Há perspetivas sobre quando é que estará concluída?

Enfim, são processos algo demorosos, com diplomas legais que se vão sucedendo. Foi criado e já está em vigor o diploma que cria a Direção-Geral do Património Cultural e que dá novo enquadramento às Direções Regionais de Cultura. Neste momento aguardamos a saída da portaria que define a micro estrutura da Direção-Geral, após o que serão postas em terreno as equipas. Há um processo legal de fusão, entre as

entidades que se juntam nesta Direção-Geral, que são a IGESPAR [Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico], o Instituto de Monumentos e da Conservação [IMC] e a Direção-Geral de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Se tudo correr bem, penso que no Outono teremos a DGPC em pleno.

Recentemente, referindo-se ao baixo orçamento que existe, afirmou numa entrevista que “é possível omeletes com pouquíssimos ovos”. O que vai ser possível fazer nestas condições?

Penso que normalmente no processo do património, que no Portugal democrático tem trinta e oito anos, os saltos



ação

qualitativos mais importantes foram dados em período de estrangimentos financeiros. Isto acontece muito na história de Portugal. Quando vem o ouro do Brasil temos a tendência de o esbanjar. Depois os saltos dão-se em períodos de retração. Se formos avaliar neste momento todos os projetos na área patrimonial que estão no terreno, que envolvem direta ou indiretamente o IGESPAR, o IMC ou a Direção Regional de Cultura, é um número muito maior de projetos do que acontecia no final do século passado ou da década de 1990. Ou seja, os ovos não são exclusivamente do Ministério da Cultura. Portanto, e aqui a tendência é cada vez maior nesse sentido, há que estabelecer redes, parcerias e encontrar

parceiros para investir. E também poder recorrer às verbas que Portugal ainda dispõe do lado dos financiamentos comunitários, nos diversos programas do QREN, como é o caso na Rota das Catedrais e na Rota da Judiarias. Enfim, toda uma série de redes que estão estabelecidas, como a rede do Património Mundial, que nos envolvem, mas em que a sua execução física corresponde a um investimento bastante menor do que acontecia no passado, em que o financiamento público era quase somente da tutela da cultura. Portanto, estes pouquíssimos ovos já conseguem fazer substância.

Cada vez mais, a requalificação do património é feita de forma descentralizada, por Câmaras Municipais e outras entidades. É esse o modelo que predominará? E qual o papel da Direcção-Geral do Património Cultural nesse contexto?

A Direcção-Geral do Património Cultural é, nos termos da lei de base do património, a autoridade ou administração competente pelo património cultural, é uma entidade normativa. Nós temos a obrigação de fazer o enquadramento e avaliar o estado do património cultural classificado móvel e imóvel, e de definir prioridades e intervenções territorialmente. E com a colaboração ativa das Direções Regionais de Cultura procurar o enquadramento de ações de cooperação que nos permitam fazer esses investimentos de reabilitação e valorização. Portanto, o papel da DGPC é definir esse quadro de prioridades, conhecer melhor o território através das Direções Regionais da Cultura e definir as estratégias em parceria com as autarquias, com a igreja, as fundações, misericórdias, etc., para recuperar e valorizar todo esse património.

Há casos de estruturas que foram requalificadas, mas que se encontram fechadas ou que ninguém visita. Faz sentido investir em património que depois não é utilizado?

Durante um período relativamente recente, chamado de “vacas gordas”, na década de 1990, houve investimentos



que foram feitos, do meu ponto de vista erradamente, em equipamentos da área patrimonial, sobretudo os chamados centros interpretativos de património classificado. Mas muitas vezes os interpretados não foram tratados e vemos que alguns desses centros interpretativos, pelo menos quando eu assumi funções no IGESPAR em 2006, estavam fechados porque não tinham funcionários. Foi quando começou o período de retração financeira. Não foi de repente, já desde 2007/2008 que o financiamento foi menor na Administração Central do Estado. Ora, foram investimentos feitos sem uma avaliação devida da sua sustentabilidade futura. Felizmente muito deles foram reabertos através de parcerias territoriais, nomeadamente com as autarquias, que têm cada vez maior envolvimento com o seu próprio património cultural. O facto de uma autarquia poder ter um centro interpretativo que gere diretamente e em que pode ficar com a receita das visitas públicas a esses monumentos dá-lhes essa sustentabilidade. O Estado Central está mais distante, não tem possibilidade de enquadramento funcional para estes centros.

Neste momento a nossa aposta fundamental vai ser aquilo a que eu chamo o Sistema Nacional de Conservação Preventiva. Temos a noção do estado de conservação de todo o nosso património classificado. Em primeiro lugar, os monumentos classificados do

estado. Prioritariamente os afetos à Secretaria de Estado da Cultura, cerca de 140. E a cada momento saber quais as intervenções prioritárias para a sua salvaguarda futura. É evidente que são investimentos invisíveis e silenciosos, porque não é notícia quando se recupera uma cobertura ou quando se faz uma drenagem numa igreja ou mosteiro. Mas são investimentos vultuosos. E, lá está, é a conservação preventiva que nos permite evitar investimentos muito maiores quando a degradação é total e há que fazer a recuperação integral do monumento. A minha ambição é, mas não é para breve e nem será no meu tempo com certeza, que o universo dos 4.000 imóveis classificados que há neste país dispusesse em cada momento de um relatório de conservação que nos permitisse saber em cada momento qual o estado de saúde desse património.

Tradicionalmente, as políticas públicas centraram-se no património edificado. É algo que está em mutação? Porquê?

Nem sempre. Também é justo que se diga que na área dos museus existiram políticas públicas importantes, como a lei-quadro dos museus, que já é posterior à lei-quadro do património, a certificação ou acreditação dos museus na Rede Portuguesa de Museus, que é um quadro normativo muito importante.



Vemos o que se passa no país, os museus que surgiram e muitos deles muito bons, valorizados internacionalmente, e de iniciativa local. É o caso de Portimão, Penafiel, Vila da Feira, Portel

Não há só políticas públicas para o edificado, agora o que é necessário é equilibrar os investimentos nesta área. Muitas vezes o Estado avançou para projetos demasiado ambiciosos para os museus quando o que se gastou nesse projeto não foi devidamente avaliado em termos de sustentabilidade e podia ser disseminado pelas outras iniciativas locais, por exemplo. Portanto, este equilíbrio dos financiamentos também tem de ser reequacionado, e aí as Direções Regionais de Cultura vão ter um papel importante porque têm implantação territorial e têm um corpo técnico já bastante aceitável. Ao longo destes últimos dez, quinze anos, saiu uma geração de todas estas universidades, da Beira Interior, Trás-os-Montes, Politécnicos, que se disseminaram pelo território. Há massa crítica, há gente capaz de trabalhar na área do património.

O património está a ter um grau de especialização cada vez maior, por isso começa a adquirir uma importância económica. E é preciso que se desmistifique esta ideia de que o património não é um negócio. É, pode e deve ser também um negócio. Deve ser visto do ponto de vista económico, porque no

meu ponto de vista é o recurso mais importante que Portugal tem para o futuro.

Penso que esta articulação da DGPC com as Direções Regionais pode ser muito importante para acompanhar este processo evolutivo, que neste momento já envolve mais investimento de fora do Estado Central do que do próprio Estado Central. O investimento em património do poder local neste momento é quase o dobro daquele que faz o Estado Central. Isto tem de ser analisado qualitativamente e enquadrado, sempre nessa perspetiva de sustentabilidade e durabilidade dos investimentos que são feitos.

Mas como é que sucede esse desenvolvimento económico? Como é que cria emprego? São só os funcionários dos museus?

Quer nos museus quer nos monumentos nacionais que são visitados e que têm bilheteira, apesar do período crítico que estamos a atravessar do ponto de vista financeiro, têm aumentado o número de visitantes e as receitas. Não há uma diminuição de receita e este é um sinal importante.

Tem a ver também com a economia e com o turismo, que é um vetores mais importantes, se não o vetor mais importante da nossa economia futura. A própria mudança de atitude no turismo, *versus* século XX, em que só tínhamos sol e praia, e neste momento

“Quando falo de reabilitação não é só dos monumentos mas também da reabilitação urbana, os chamados centros históricos. Muitas vezes o património não classificado é tão ou mais importante que o património classificado. A ideia da classificação de um elemento isolado era própria do passado.”

os próprios agentes e autoridades reconhecem que a cultura e o turismo cultural cada vez ganham mais espaço neste mapa. Há aqui uma aliança virtuosa, salvaguardando a devidas diferenças, que pode beneficiar o turismo e o património, e nesse sentido acho que o património ganha cada vez mais espaço na economia.

Depois há outra área importante que é a da reabilitação. Quando falo de reabilitação não é só dos monumentos mas também da reabilitação urbana, os chamados centros históricos. Muitas vezes o património não classificado é tão ou mais importante que o património classificado. A ideia da classificação de um elemento isolado era própria do passado, hoje em dia perdeu muito terreno. Penso que de um modo geral, evidentemente que há coisas que continuam por classificar, mas 4.000 imóveis é praticamente o limite. Há uma densidade maior do que noutros países europeus. Temos assim de ter uma preocupação com a recuperação urbana, e o que está a acontecer é que cada vez se reabilita mais e se constrói menos de raiz. Em Portugal ainda estamos nos 10 por cento da atividade da construção civil no sector da reabilitação; mas a média europeia já vai em mais de 40 por cento e nos países nórdicos está nos 70 por cento.

A história vai nesse sentido e vemos o que acontece em todo o país, em todos os concelhos: centros históricos reabilitados, ruas fechadas ao público, esplanadas, a tendência para reocupar a polis que tinha sido desertificada no século XX, com parques habitacionais periféricos, etc. Mas esta necessidade de reabilitar, reutilizar e reviver o centro histórico tem a ver com uma reação que é natural do ser humano face aos aspetos negativos da globalização. Tendencialmente, a globalização positiva é a comunicação, a informática e todo o acesso democrático à informação. Mas há um lado de massificação que faz com que as pessoas nos seus tempos livres procurem a diferença. As identidades, os sabores, os cheiros, o património imaterial, de que tanto se fala e não se falava há uns anos, são exatamente elementos de identidade de memória que são absolutamente necessários para a vida das pessoas. Para além disso é um negócio. E o nosso país tem o melhor clima do mundo, sendo um território pequeno tem muitos contrastes (que corresponde também à situação física do território, a zona do xisto, do granito), tem diferentes hábitos e costumes, e um património construído que não existe no resto da Europa (no século XX passámos ao lado das Guerras Mundiais, das devastações). Isto é um enorme desafio que temos, mas que nos dá um potencial enorme de desenvolvimento nesta área.

Na reabilitação é necessária mão-de-obra qualificada, porque estamos a ver que quanto mais reabilitação se

está a fazer pior é a qualidade dessa reabilitação. Tem de haver formação profissional, que mexe com o desemprego. Faltam os canteiros, os serralheiros, os marceneiros, falta gente para os chamados ofícios do património. O nosso número de desempregados não inclui estas áreas.

Lá está, isto é transversal: falámos da economia, do emprego e agora de políticas de educação. Portanto, o património é cada vez mais transversal. Tudo isto conjugado de forma estratégica, com uma visão estratégica para o futuro pode ajudar num equilíbrio para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

Vê especificidades na valorização e gestão do património que seja em território rural?

Vejo. E aí junta-se a própria componente física, material e natural desses territórios. Eu falei há pouco na geologia, nas áreas geológicas, mas também a nível do próprio património imaterial e na forma de lidar com a terra, com culturas diferentes, de minifúndio e latifúndio, as várias arquiteturas vernaculares, formas diferentes de amarrar o campo que existem em todo o nosso país. A cultura do montado por exemplo, não quero entrar em temas polémicos, mas a criação do touro bravo corresponde a um equilíbrio ecossistémico que tem a ver com outras formas de manifestação do património imaterial, como as festas populares e religiosas. A cultura é a intervenção do homem na natureza, que pode ser positiva ou negativa. Por isso temos de puxar pela intervenção positiva e manter os sistemas equilibrados.

Todos falam em fixar as populações, acabar a migração do interior para o litoral, as assimetrias e a coesão. O património pode ser um fator importantíssimo para a coesão nacional, o equilíbrio do ordenamento das grandes metrópoles de Lisboa e do Porto. Há aqui muitas entidades com quem temos de conversar, não existe mais uma visão do património cultural voltado para o seu próprio umbigo, num mundo académico fechado, mas voltado para o território e para o desenvolvimento social e económico das populações.

Através do LEADER, as Associações de Desenvolvimento Local apoiaram iniciativas de valorização do património rural, de iniciativa pública e privada. Esta gestão de apoios por entidades com proximidade aos territórios é uma boa política ou a decisão devia ser centralizada? Esta decisão descentralizada faz sentido?

Faz todo o sentido e a tendência será alargar esses investimentos e essas formas de investimento participado e de iniciativa local. Houve um período muito interessante após o 25 de Abril que foi o surgimento das Associações de Defesa do Património. Depois, nos

anos 1990, entraram em decadência, que foi quando o Estado se tornou mais forte e mais centralista na área do património. Mas depois surgem as organizações de defesa do ambiente e as Associações de Desenvolvimento Local. Ora isto está também a trazer uma certa revitalização da sociedade civil na área do património. Como eu muitas vezes digo, já se ganhou uma geração para o ambiente mas ainda falta ganhar uma geração para o património.

Estamos nesse caminho, as coisas mudaram nos últimos cinco, dez anos, e estas iniciativas locais ou de redes microrregionais, digamos assim, são muitíssimo importantes e com exemplos muito positivos, como a Rota do Românico do Vale do Sousa, as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas, alguns dos quais são projetos LEADER.

Enfim, uma série de iniciativas que o Estado, pelo menos no meu sector, acompanha supletivamente disponibilizando apoio técnico, apoio em espécie não financeiro, que acompanha e vai registando, mas que são absolutamente essenciais neste processo patrimonial.

Várias Associações de Desenvolvimento Local conceberam Estratégias Locais de Desenvolvimento para os seus territórios que consideram os valores patrimoniais como âncoras para um desenvolvimento integrado. Faria sentido aplicar esta lógica em todo o país?

Penso que sim, tendo noção que o património é o futuro. Vai ser esse o tema que vamos lançar no último fim de semana de setembro, por altura das Jornadas Europeias do Património, seguidas do Concelho da Europa. O tema deste ano vai ser "Património: a memória do futuro". Queremos que o património seja realmente uma âncora no desenvolvimento e que não seja visto mais como algo que não se pode mexer, tocar, mas desenvolver com uma dinâmica própria. Porque é necessário no século XXI que os recursos que temos hoje e que não havia há vinte anos, tecnológicos, científicos etc., possam também habitar esse mesmo património e prestar-lhe mais qualidade de vida. Agora, a qualidade de vida não são os recursos, os computadores e o wireless, são os jardins onde podemos estar com um computador com wireless. Há concelhos rurais em Portugal que se tornam muito atrativos para as novas gerações viverem.

Sem pessoas não há património. Temos que fazer com que as pessoas usem e vivam o património. E introduzam o seu tempo também. Temos é de compatibilizar as épocas, dentro daquilo que para mim é mais importante que é as pessoas usufruírem do património, não um património estático e morto que ninguém pode tocar e mexer. Pode tocar, mexer e alterar, pois se não tiver pessoas não está vivo.



“É necessário no século XXI que os recursos que temos hoje e que não havia há vinte anos, tecnológicos, científicos etc., possam também habitar esse mesmo património e prestar-lhe mais qualidade de vida. Agora, a qualidade de vida não são os recursos, os computadores e o wireless, são os jardins onde podemos estar com um computador com wireless.

PROTAGONISTAS DA ÁREA DO PATRIMÓNIO

- 1 Como avalia o trabalho que tem sido feito ao nível da preservação e da valorização do
- 2 Será que o património pode ser utilizado na promoção do
- 3 O que é necessário fazer para



Carlos Pinto Gomes

1 Depende do tipo de património de que estejamos a falar. Se for ao nível geral, podemos dizer que o caminho percorrido até tem sido bom, ao nível cultural, imaterial e do património construído. Agora na parte que eu trato por excelência, ao nível do património natural, nomeadamente a da flora e da vegetação, tem sido muito problemático.

Porque nós temos medidas para conservar os *habitats* e os ecossistemas nos sítios protegidos e classificados, mas fora desses sítios pode-se, de uma maneira geral, desrespeitar estas normas ambientais. No fundo, embora seja bom existir a Rede Natura 2000, não é por aí que temos de ir. Nós temos de preservar o património, em qualquer parcela do território nacional, e não só nos sítios classificados.

Contudo, apraz-me dizer que, ao nível da fauna e da flora, algumas populações melhoraram muito, mas isso deve-se também graças a muitos mecanismos de apoio a investimentos que têm sido feitos em Portugal, sobretudo nos últimos anos. Simplesmente acho que ainda não chega, havendo muito a corrigir. Agora, ao nível do património construído e cultural, tem-se feito muito porque há uma sensibilidade das pessoas para conservar esse património.

2 Pode, deve e é mesmo imprescindível. Se não for assim, não há um verdadeiro desenvolvimento rural. Agora eu vejo de várias formas. Mas há uma que é essencial: o ecoturismo. Porque quando existe uma exploração muito intensiva, não se está a desenvolver os territórios de forma sustentável, porque se criam outros impactos e outras externalidades negativas. Confesso

que vejo o ecoturismo, não digo como uma panaceia, mas como uma estratégia interessante para promover o desenvolvimento desses territórios de forma harmoniosa e sustentável.

3 Aí é preciso fazer muita coisa. Porque nós temos de tirar partido de vários aspetos que existem já no mundo rural; ou seja, não podemos só olhar para o património natural, nem para o património construído, nem para o património imaterial de forma isolada. Temos de olhar isto tudo numa perspetiva global, porque deve haver uma atividade de complementaridade que, ao implantar-se, vai ter vários desenvolvimentos de atratividade. Assim, devemos promover mais os alojamentos rurais, que não têm de ser forçosamente mais baratos que os hotéis de quatro e cinco estrelas, porque dão outras condições, uma vez que estão num meio natural ou seminatural. Depois, associado a isto, os restaurantes típicos com comidas regionais, como os queijos, os vinhos, o mel e outros. Para aumentar a sua utilização é evidente que tem de se associar a publicidade.

No fundo, o ecoturismo tem sempre de beneficiar a população local e promover a conservação. Por outro lado, temos também de pensar nesta atividade toda ecoturística como pólos, não direi de investigação, mas de demonstração, de ensino, de divulgação e até, de vulgarização do conhecimento do meio natural. Por isso é de extrema importância a existência de diferentes pólos de atratividade mas sempre com um espírito ecoturístico.

Carlos Pinto Gomes,
promotor de um projeto LEADER,
doutorado em Ciências do Ambiente.



Pedro Mestre

1 Nos últimos anos tem-se falado muito do património em Portugal. Eu posso falar mais do património imaterial, que é aquele ao qual eu estou mais ligado, neste caso ao cante tradicional alentejano, às vozes e também à viola campaniça. E daí que considero que, nestes últimos tempos, tem-se divulgado bastante o património e nota-se que há uma preocupação acrescida da parte dos agentes locais, das autarquias e também do Governo para que se possa preservar este património, seja ele material ou imaterial.

Avalio pela positiva. Agrada-me o facto de também se tentar, de há algum tempo para cá, falar-se do cante alentejano como algo que se pretende candidatar a património imaterial da UNESCO. Nestes últimos meses, o cante alentejano tem sido alvo de interesse também por parte da comunicação social, o que é bom para nós, pois, pelo menos, dá-se a conhecer ao país e ao mundo tudo aquilo que temos, o quanto somos ricos em património. Considero que sim, que é merecido este trabalho de preservação e de preocupação também com o nosso património.

2 O meio rural tem um forte potencial turístico. E esse património, sendo ele preservado, apresentado e estando disponível para que se abram portas para que seja visitado, sentido e respeitado, valoriza o meio rural e o interior que é bastante rico. No interior do Alentejo, por exemplo, em qualquer localidade sente-se e vive-se o tal património material. Os usos, os costumes, as tradições de um povo surgem no momento em que em cada pedra que se pisa existe uma história. Eu acho que devemos encarar a preservação do património como um meio de desenvolvimento turístico, que valoriza e ajuda ao

desenvolvimento rural, com todo este trabalho em volta de um património que é bastante rico como o nosso. Esta promoção do desenvolvimento do território irá promover, dar qualidade e também mais desenvolvimento ao meio rural.

3 Muito está a ser feito. Quem tem capacidade para tal está preocupado e essa preocupação faz com que as pessoas tomem as iniciativas de promoção e de desenvolvimento do nosso património. As autarquias ultimamente têm-se preocupado e têm maior responsabilidade sobre este desenvolvimento e esta valorização do nosso património. Os eventos culturais e a constituição de associações e de confrarias envolve as pessoas e faz com que se possa reativar certas tradições, usos e costumes, festejos e outro tipo de iniciativas do género.

E muito mais há a fazer. Eu vejo desta maneira: se cada um de nós sentir carinho e gosto por aquilo que é nosso, é claro que o valoriza, trata com carinho, divulga e promove. Ao promover, pode dar-lhe desenvolvimento, qualidade, entusiasmo e pode trazer gente de fora.

Pedro Mestre, promotor de um projeto LEADER, é músico e construtor de viola campaniça.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

património em Portugal?
desenvolvimento dos territórios rurais? De que modo?
potenciar essa utilização?



José António Barbieri Cardoso

1 Eu creio que o trabalho desenvolvido em Portugal ao nível da preservação e valorização do património tem melhorado bastante nos últimos anos, sobretudo em função de uma consciencialização cada vez maior, não só por via dos agentes que diretamente lidam com estas questões, mas até da população em geral. Existe todo um novo leque de preocupações patrimoniais, para além daquilo que classicamente se considerava património – quer o arqueológico, quer o edificado. Houve outras vertentes que começaram a ser consideradas, nomeadamente as imateriais. Isso tem levado a um alargamento do interesse das pessoas na matéria, a uma consciencialização mais alargada. De um ponto de vista qualitativo e quantitativo, avalio como bom o trabalho que tem vindo a ser feito ao nível da preservação e valorização do património em Portugal.

2 Eu acho que há aqui uma vantagem mútua e recíproca nesta questão. O património pode ser utilizado na promoção do desenvolvimento dos territórios rurais, mas também são as políticas de desenvolvimento dos territórios rurais que têm estimulado muitas vezes a promoção do património. A iniciativa comunitária LEADER levou a que as questões patrimoniais fossem olhadas de outra forma, não só o aspeto físico, do património edificado e arqueológico, mas também (a) todos os outros elementos patrimoniais: o artesanato, os saberes-fazer, as tradições rurais, os caminhos de peregrinação, etc. Portanto houve uma inovação na tradição e tudo isso foi vantajoso para o património. Até porque temos de ter em conta que a maior parte do património fundacional da nação portuguesa está

nas zonas rurais: o(s) românico(s), os vestígios arqueológicos, as tradições, o próprio receituário gastronómico. Concluindo, as zonas rurais têm toda a vantagem em tirar partido das questões patrimoniais para o seu próprio desenvolvimento, encontrando formas inovadoras e criativas de empreendedorismo em volta destes valores.

3 Acho que o grande trabalho a fazer é junto das pessoas, no sentido de perceberem que a questão patrimonial é uma questão cultural, mas também económica, que existe toda a vantagem, do ponto de vista do desenvolvimento, em olhar para a preservação e valorização patrimonial em termos do que pode ser um modo de vida. É fundamental que na escola, desde os primeiros ciclos, estes assuntos do património, da cultura e das tradições possam ser tratados no âmbito curricular, em articulação com as entidades do terreno que tratam destes temas. Porque não só as futuras gerações teriam outra perceção e outra qualificação para tratar do assunto, como também a sua influência junto dos agregados familiares podia levar a que as gerações atuais também já tivessem outro tipo de atitude. De qualquer forma, acho que a atitude de hoje é muito diferente do que acontecia há 20 anos, pois as pessoas perceberam que a questão patrimonial é uma questão de riqueza e é uma questão de identidade.

José António Barbieri Cardoso
é Coordenador da ADER-SOUSA.



Patrícia Baião Dorotea

1 Eu considero que a evolução tem sido positiva, no sentido em que se implementaram programas de apoio, programas de financiamento, assim como no sentido da valorização e da preservação do património. No entanto, considero que esse trabalho ainda é insuficiente, nomeadamente ao nível do património edificado e especialmente se tivermos em atenção os territórios rurais e os territórios mais afastados das grandes cidades. Porque também geralmente são zonas e territórios onde os recursos e os meios, muitas vezes, chegam em último lugar e onde os recursos não são tantos. São também territórios que, muitas das vezes, com as suas características, e estou a falar do concelho de Alcácer, são muito específicos, muitas das vezes com áreas geográficas muito abrangentes e muito diversas. No entanto, no geral, penso que a avaliação também tem sido positiva, visto que se reconhece a importância do património, do que é necessário fazer e dos recursos que ele representa para o desenvolvimento dos locais.

2 Eu considero que pode e que deve ser utilizado, sendo encarado como um recurso do local que tem de ser valorizado e trabalhado. Porque o património, no fundo, mostra elementos identitários do local. E esses elementos identitários são os elementos que tornam esse mesmo território diferenciado doutro território, ainda que seja rural na mesma. É um recurso que tem que ser valorizado. E em territórios em que muitas das vezes a agricultura e as outras atividades económicas estão em declínio, em zonas que muitas vezes sofrem de desertificação humana, o património é o recurso que se impõe como ponto de desenvolvimento. Tem de ser, na minha ótica, um trabalho

feito sempre em parceria com as instituições locais.

3 Em primeiro lugar, há que preservar. E voltando à questão inicial, nós só podemos valorizar e desenvolver o que está preservado e o que tem condições de ser mostrado e trabalhado. Esse é o ponto número um: preservar e conservar. Depois, é o trabalhar e o divulgar. E como eu disse há pouco, na minha ótica, passa por um trabalho sempre consertado entre os agentes locais e muitas das vezes os agentes centrais, criando redes e dinâmicas que permitam atrair visitantes e criar iniciativas. No fundo, gerar movimento e gerar atividade em torno deste recurso que é o património.

Patrícia Baião Dorotea é antropóloga,
responsável pelo Museu Etnográfico do
Torrão.



O papel dos inventários na salvaguarda do património rural

É supérfluo relevar aqui a atualidade da problemática da tutela e recuperação do património rural. Se o reconhecimento da importância de que se reveste o setor do património rural, no quadro da cultura e economia portuguesas, é uma conquista relativamente recente, é indiscutível o interesse que se veio paulatinamente afirmando nas últimas décadas por esta fatia do nosso património. Durante muito tempo pouco ou nula-mente estudado e menos ainda valorizado na economia geral do país, o património rural é hoje encarado enquanto relevante componente do património cultural de uma região ou de uma comunidade, constituindo-se como um poderoso fator de distinção e de identificação sociais de indivíduos e de populações, bem como um motor de qualificação e de desenvolvimento de lugares e territórios.

Paralelamente, cada vez mais o turismo e a economia se estabelecem como impulsionadores na recuperação e requalificação do património rural, em particular no que respeita o património edificado. O Programa LEADER tem desempenhado um inegável contributo na recuperação

do património rural, através do financiamento de inúmeros projetos que se traduzem, entre outras, em incontáveis ações de criação e operacionalização de rotas e circuitos turístico-rurais ou de recuperação do tecido edificado e ambiental, contribuindo assim na dinamização e revitalização do território rural.

Ora, como pertinentemente nos ensina Xavier Greffe “loin d’être reçue, la plus grande partie du patrimoine est choisie (...) un objet n’ est p’lus patrimonial par nature mais parce qu’il est proposé à cette fin par des sujets...” ; pelo que uma efetiva e duradoura salvaguarda e valorização do património rural não pode assentar maioritariamente numa sua leitura económica na qual importa mais o seu valor estritamente comercial, que o seu valor na preservação da nossa memória histórica enquanto garante da nossa identidade cultural.

Importa pois desenvolver uma política que evite que o universo dos fruidores do património rural se constitua num consumidor acrítico, empurrado em direção a esse património por impulsos meramente comerciais, de moda ou prestígio, e que tenha em

vista não o despertar de um interesse genérico pelo património rural, como um fim em si mesmo, mas uma efetiva descoberta, uma consciente recuperação desses valores, que não podem esgotar-se e corromper-se em destinos exclusivamente ou prevalentemente turístico-comerciais.

Mas não tenhamos ilusões: uma substancial fatia do nosso património rural está condenada ao desaparecimento enquanto realidade material sobrevivente e nem o recente fenómeno do regresso ao campo ou, como já foi designado, neo-ruralismo, poderá travar esse processo.

É aqui que os inventários assumem fator decisivo: o primeiro passo na salvaguarda do património, neste caso do património rural, é o reconhecimento do valor dos diversos objetos que o integram e este só é possível através do seu conhecimento, implicando este o levantamento exaustivo e extensivo dessas realidades (objetos) pois que esse conhecimento não pode ser carente ou aproximativo, pois que então carentes e aproximativas seriam as ações de salvaguarda.

Nesta perspetiva, o **SIPA** – Sistema de Informação para

o Património Arquitetónico, revela-se como uma “entidade” incontornável na salvaguarda do património rural e, decorrentemente, no desenvolvimento rural. O SIPA, é um sistema de informação e documentação gerido pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) que procede, nomeadamente, à inventariação sistemática do património arquitetónico (Paisagem, Conjuntos Urbanos e Edifícios e Estruturas Construídas, totalizando atualmente cerca de 33.000 registos), entendendo este como o conjunto das estruturas físicas às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique.

www.monumentos.pt

Consciente de que uma política efetiva e consequente de salvaguarda do património deve privilegiar a colaboração entre os diversos protagonistas e o envolvimento interessado e ativo dos seus detentores e utilizadores, o SIPA promove a produção, disseminação e utilização de informação e

documentação sobre esse Património por parte dos agentes públicos e privados com intervenção no setor e dos cidadãos em geral, enquanto eficaz estratégia para aumentar a consciência pública do valor do património e de molde a contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação patrimonial que garanta a transmissão e o intercâmbio de dados consistentes e rigorosos relativos ao património arquitetónico. Está assim aberto a parcerias e à contribuição espontânea dos cidadãos.

Uma significativa percentagem do património rural inventariado e a inventariar nunca será legalmente protegido; é provável o seu desaparecimento ou destruição total ou parcial. Mas a espontânea evolução de uma sociedade alterna momentos de abandono e momentos de retoma das suas heranças culturais, em função da maior ou menor capacidade criativa e vontade de renovação por parte dos seus depositários, que podem mesmo chegar a renegar totalmente os valores dessa cultura herdada.

O SIPA vem em parte permitir que o abandono ou recusa dessa herança cultural tenha lugar com plena consciência da escolha realizada e vem permitir que toda a perspetiva de desenvolvimento seja verdadeiramente livre e não condicionada pela perda de conhecimento desses valores.



Maria do Rosário Gordalina
Historiadora da Arte/SIPA
IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana



Património natural e desenvolvimento rural

Vivemos num mundo que atravessa uma grave crise económica, social, ambiental e de valores!

Fazer esta afirmação é um lugar-comum, que, em boa verdade, pouco importa, se não quisermos ter consciência de que esta crise é o resultado do modelo de desenvolvimento que o chamado “mundo desenvolvido” tem vindo a adotar, desde há muito.

A “revolução industrial” e o grande avanço, que a partir de então houve no conhecimento científico e tecnológico, trouxe profundas transformações à humanidade e permitiu ao homem julgar-se capaz de dominar o mundo e a natureza, considerando os recursos naturais inesgotáveis, “tudo lhe sendo permitido”!

Foi sobretudo na primeira metade do século XX que começou a crescer a consciência da finitude dos recursos naturais e da necessidade da sua preservação, tendo surgido em diversos países da Europa a classificação de parques e reservas para proteção de algumas espécies e respetivos *habitats*, e de movimentos para a proteção da natureza, como foi o caso em Portugal, da criação da Liga

para a Proteção da Natureza, em 1948.

A crise ambiental, que já era evidente na década de 1960, veio desde então a agravar-se, passando a constituir fator de preocupação dos estados e da comunidade científica, que foi levada a pensar novas estratégias para a sua abordagem.

Diversas foram as iniciativas individuais, coletivas, e de países, a nível europeu e mundial que desde então foram surgindo.

O Conselho da Europa fez em 1970 um apelo a todos os países para a necessidade da criação de parques e reservas, dotando-os de estatuto jurídico e meios de funcionamento próprios.

Portugal respondeu a este apelo através da aprovação da lei 9/70, ao abrigo da qual foi criado o Parque Nacional da Peneda Gerês.

Mais tarde, em 1995, o mesmo Conselho da Europa apelou de novo a todos os estados para que estendessem as medidas e preocupações da conservação da natureza e da paisagem a todo o território, para que as áreas protegidas não se transformassem em ilhas de vida e biodiversidade no meio

do deserto dos territórios envolventes.

A célebre Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em 1972, a Conferência de Estocolmo, focada nas questões do ambiente humano, chamou a atenção para os modelos de desenvolvimento e as desigualdades sociais, em particular a pobreza, com o intuito de procurar definir padrões de conduta adequados à conservação da natureza, do ambiente e, consequentemente, da sociedade humana à escala global.

Em 1992 a Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios do uso racional dos recursos disponíveis e da solidariedade intergeracional.

Recentemente a Conferência do Rio+20 centrou-se em duas temáticas fundamentais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Inúmeros documentos foram surgindo, em termos nacionais, comunitários e internacionais e mais recentemente,

em Julho de 2010, foi aprovada a Resolução n.º 2 da Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, sobre a Carta Pan-europeia do Património Rural – Para um Desenvolvimento Territorial Durável: O Património Rural, Fator de Coesão Territorial.

O reconhecimento da interdependência entre a salvaguarda do património, a qualidade do ambiente e a qualidade de vida das populações exige a adoção de modelos de desenvolvimento e instrumentos de gestão territorial que privilegiem o conhecimento, a inovação, a pluriatividade, a complementaridade entre usos e novos usos, as potencialidades do território e a informação e a participação ativa dos cidadãos na definição das estratégias e planos para os seus territórios.

Apesar de todos estes esforços vivemos com problemas de desertificação e de exploração desenfreada dos recursos disponíveis, sentimos com frequência os efeitos dos fenómenos naturais adversos e a necessidade de nos adaptarmos às alterações climáticas, assistimos à rarefação do mundo rural e à concentração

progressiva da população em centros urbanos nem sempre dotados de condições propícias a uma adequada qualidade de vida, mas assistimos também, mais recentemente, à chegada de novos atores ao mundo rural, fruto da crise e do desemprego crescentes.

Todas estas preocupações exigem uma nova atitude, novas experiências e formas inovadoras de olharmos para o nosso futuro.

Permito-me referir dois casos que conheço de perto, o modelo de gestão das Áreas Protegidas, embora se encontre atualmente bastante fragilizado e desenquadrado dos objetivos que presidiram à sua criação e o programa de iniciativa comunitária LEADER, cujos resultados positivos são bastante incentivadores, embora careçam de grande reforço e de uma maior operacionalidade.

Torna-se fundamental que as decisões sobre o desenvolvimento rural se aproximem cada vez mais dos territórios a que respeitam e dos seus atores regionais e locais, combatendo o movimento centralizador e redutor de intervenção, para que se alcance o fim que preside ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do mundo rural.

A atual estrutura governativa, ao reunir num mesmo ministério a Agricultura, o Mar, o Ambiente e o Ordenamento do Território dispõe de condições privilegiadas para criar o quadro operacional que permita que o património rural se possa transformar num efetivo Fator de Coesão Territorial.

Oxalá que tal se venha a concretizar, para bem de todos nós e do “nosso futuro comum”!



Maria João Botelho
Arquitecta paisagista
e engenheira agrónoma,
Coordenadora da APRODER

ROTA DO ROMÂNICO DO VALE DO SOUSA, UMA EXPERIÊNCIA

► Felgueiras ► Lousada ► Paços de Ferreira ► Paredes ► Penafiel ► Castelo de Paiva ◻



Sentir a magia de andar por lugares que surpreendem a cada instante, com testemunhos históricos e lendas de encantar... Por entre paredes de pedra que guardam segredos de gerações, deixando-se invadir pela atmosfera bucólica de singulares mosteiros, igrejas e capelas... Deleitando-se por capitéis e longos frisos talhados a bisel, colunas, arquivoltas e motivos ornamentais que testemunham a excelência do românico no Vale do Sousa... Seguindo o percurso dos memoriais erguidos em honra de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, detendo-se em especial no 19 Marmoiral de Sobrado... Ou subir à imponente 6 Torre de Vilar, uma *domus fortis*, símbolo do poder senhorial nesta região, para desfrutar da vista deslumbrante sobre o verdejante Vale do Sousa, que convida a outras experiências como longas caminhadas por aldeias perdidas no tempo, repletas de saberes e sabores.

Percorrer estes locais, genuinamente fascinantes, plenos de segredos apaixonantes, partindo à descoberta do importante património arquitectónico de origem românica do Vale do Sousa, é o que propõe a Rota do Românico.

Associado ao despoletar da nacionalidade, o românico do Vale do Sousa apresenta uma

grande diversidade de tipos arquitectónicos – mosteiros, igrejas e capelas, marmóricas e memoriais, castelos, torres senhoriais e pontes – que testemunham o papel que este território outrora desempenhou na história da nobreza portuguesa e das ordens religiosas.

Assegurar a integração deste conjunto de edifícios românicos existentes na região, vestígio fundamental de uma memória coletiva mas também como um dos recursos que podem contribuir significativamente para a qualificação cultural e turística de um território, foi um dos objetivos que motivou a elaboração deste projeto de valorização do património românico do Vale do Sousa, em meados da década de 1990.

Feito o primeiro inventário dos monumentos, em 1998, iniciou-se a identificação das intervenções a desenvolver, tais como a realização do “Plano de Formação para a Promoção e Dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa”.

A iniciativa, da responsabilidade da ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, com 16 ações de formação e 200 formandos, financiada pelo Programa Operacional do

Norte, assegurou, entre 2005 e 2006, a formação, qualificação e promoção da excelência no serviço a prestar aos visitantes pelos profissionais envolvidos na dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa, viabilizando simultaneamente a sua sustentabilidade.

Garantir a sustentabilidade do projeto continua a ser um dos principais desafios da Rota do Românico. Mas hoje, para além da requalificação, conservação e salvaguarda do património histórico e cultural – um trabalho em contínuo e uma das grandes prioridades da Rota – há outras componentes que sustentam a aposta no Românico, nomeadamente a vertente turística e cultural deste “produto”, com um calendário anual de eventos culturais.

Um desses eventos foram os “Encontros de Música das Terras do Sousa”. Organizados pela ADER-SOUSA, de 2005 a 2007, com o objetivo de dar a conhecer um género musical pouco usual na região (“música erudita”), os concertos foram realizados em monumentos da Rota do Românico e outros edifícios de reconhecida importância.

O objetivo da Rota é levar gente ao românico mas que também queira visitar os museus, fazer um passeio pedestre ou de bicicleta por trilhos seculares em perfeita harmonia com a natureza, aventurar-se a uma descida de canoa ou *rafting* no Paiva, usufruir das paisagens e pernoitar numa das unidades turísticas em espaço rural da região, saboreando os paladares da cozinha regional local.

Nos últimos anos, no âmbito da Abordagem LEADER, têm vindo a ser apoiados vários projetos de requalificação de um vasto património que apesar de não integrar a Rota do Românico, engloba a oferta turística do projeto e aumenta a atratividade do mesmo.

No território de intervenção da ADER-SOUSA são disso exemplo, o Mosteiro

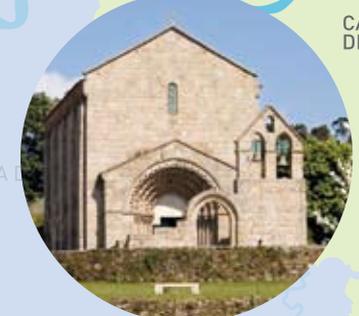
de Bustelo (Penafiel), a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), a Villa Romana de Sendim (Felgueiras), a Igreja de S. Cristóvão de Louredo (Paredes), o Museu da broa – Casa da Cultura de Capela (Penafiel), e o Jardim com História, junto ao Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), entre muitos imóveis de valor patrimonial reconvertidos para alojamento turístico em espaço rural, como a Casa de Rosende, em Paços de Ferreira.



Casa de Rosende



1 Mosteiro de Pombeiro



11 Mosteiro S. Pedro de Ferreira

FUNDADA NA HISTÓRIA



românica (passarão a ser 57 em breve), a Rota do Românico do Vale do Sousa está organizada em dois grandes percursos turísticos patrimoniais – Percurso Norte e Percurso Sul – que convidam à descoberta do românico.

O visitante poderá optar por um programa de quatro dias para ficar a conhecer todos os 21 monumentos da Rota, de dois dias, concentrado em 16 locais, ou ainda de

“Um Dia no Românico – Mosteiros Beneditinos” é um dos inúmeros programas turísticos que a Rota propõe e que convidam, para além da descoberta do românico, a “Experiências no Românico” (pondo à prova o seu talento na pintura de azulejo), a passeios “Por Trilhos Caminhos Medievais” e “Nos Passos de D. Mafalda”. Na rota do “Românico pelo Vale do Douro” abraça a paisagem ímpar do Douro e encante-se com a imponência cénica dos monumentos que os contemplam.

Se gosta de aventura e de desporto ao ar livre, a Rota desafiam-no a conhecer o românico de uma forma original, através de um passeio de BTT. Para os mais novos, a Rota sugere o programa “Românico em Família”, para desfrutar dos encantos do românico na companhia das crianças. Os visitantes podem ainda criar a sua rota, selecionando a duração da visita e os monumentos a visitar, através do portal da Rota do Românico.

Recebendo milhares de visitantes do País e de toda a

cada vez mais, como um produto turístico cultural capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico, no âmbito do *touring* cultural e paisagístico.

O maior desafio, porém, passa por envolver a comunidade local no projeto, fazendo com que as pessoas percebam a importância dos monumentos. Um primeiro passo foi dado recentemente, junto dos mais novos, através de implementação do projeto pedagógico “A Pintura Mural na Rota do Românico”.

As ações, cofinanciadas pelo LEADER, através da ADER-SOUSA, envolvendo cerca de mil crianças de escolas dos concelhos do Vale do Sousa, durante o ano letivo 2011-2012, contemplaram um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas assente na temática da pintura mural dos monumentos da Rota do Românico.

Uma Rota fundada nas memórias do Românico que mostra e explica, com orgulho, uma parte das suas marcas identitárias, os vestígios de uma memória coletiva, os modos de vida e experiências de comunidades que construíram, habitaram e vivenciaram este território, guardião de um Património singular que vale (mesmo) a pena descobrir.

Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), em 2010, aos municípios do Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende) – unido num projeto supramunicipal um legado histórico e cultural comum – veio conferir uma maior escala a este projeto considerado um dos melhores exemplos onde turismo e cultura se cruzam.

Entretanto, a adesão, em 2009, à maior rede de locais e itinerários românicos da Europa (TRANSROMANICA), deu visibilidade internacional à Rota do Românico que tem vindo a ser distinguida com vários prémios, nomeadamente a Medalha de Mérito Turístico, em 2010.

Ancorada atualmente em 21 monumentos de matriz

um longo e único dia, que sugere a visita a oito elementos patrimoniais.

Europa (40 mil visitas registadas entre 2010 e 2011), a Rota do Românico apresenta-se,

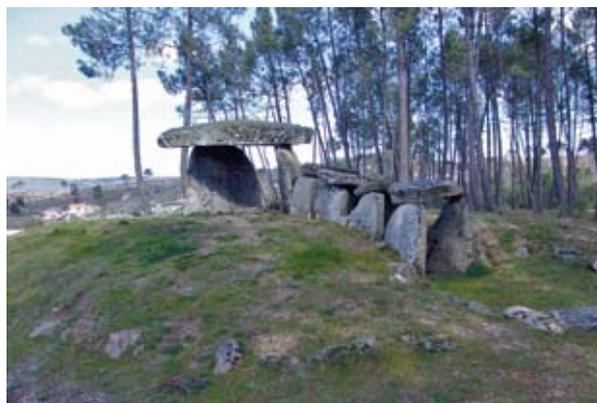


ENTIDADE GESTORA DA ROTA

VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa

Praça D. António Meireles, 45
4620-130 Lousada – Portugal
T. +351 255 810 706
M. +351 918 116 488
F. +351 255 810 709

<http://www.rotadoromânico.com>
rotadoromânico@valsousa.pt
Visitas: visitasrr@valsousa.pt



Anta do Penedo do Com

“A Associação de Desenvolvimento do Dão, desde o início, teve um papel muito importante no avanço da recuperação do monumento”
Leonídio Monteiro, Presidente da Câmara de Penalva do Castelo

A Anta do Penedo do Com, popularmente denominada por “Arca”, situa-se no lugar do Pontão, no concelho de Penalva do Castelo. As ruínas conferem à paisagem uma marca humana com uma forte dimensão histórica. Considerava-se, então, o restauro como reconstituição do passado histórico da zona, que valeria a pena preservar.

A ideia do projeto de melhorar as condições das ruínas da Anta do Penedo do Com surgiu da autarquia de Penalva do Castelo. Juntamente com a paisagem natural do concelho, a recuperação permitiria beneficiar a indústria hoteleira da zona com os visitantes ao monumento pré-histórico.

Um dos critérios de restauração era seguir o monumento original em termos de estrutura arquitetónica. A criação de condições de conservação eficazes foi outra das preocupações do projeto que passou por várias fases de trabalho: escavação, restauro, valorização, fruição e dinamização turística e cultural. Durante o restauro, foi possível desenvolver painéis explicativos colocados nas imediações do monumento, funcionando como um complemento didático e explicando facilmente o significado arqueológico perante o visitante.

Com o apoio da ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, no âmbito do Programa LEADER II, o projeto obteve o financiamento para conservação e restauro deste património monumental essencial para a cultura e a história do concelho.

Localização	Penalva do Castelo
Data da candidatura	1997
Investimento total	43.923,00 EUR
Comparticipação LEADER	65%
Postos de trabalho criados	0



Reabilitação de fontanários de Água de Pau

“Com a ajuda financeira da ASDEPR, conseguiu fazer-se a recuperação dos fontanários, o que era impensável sem o seu apoio”

Roberto Manuel Pereira de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau

A vila de Água de Pau tem cerca de 3300 habitantes. Antigamente, quando não havia água potável nas casas, a população ia buscar esse recurso aos sete fontanários da vila. Este local de encontro e socialização dos habitantes subsistiu ao longo dos anos, apesar da sua deterioração visível ao longo do tempo. Com os fontanários visivelmente danificados, a Junta de Freguesia de Água de Pau decidiu, em 1999, iniciar o projeto de arranjo e reabilitação, tendo pedido o apoio ao LEADER, através da ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural.

Os fontanários recuperados, considerados autênticas peças de museu, começaram a fazer parte do turismo local através de alguns percursos pedestres desenvolvidos na zona.

Para além da recuperação destas estruturas, foram também colocadas pinturas em azulejos da própria freguesia, com a ilustração de momentos representativos dos tempos antigos da vila, como o vestuário tradicional, que são apreciados pelos turistas que os visitam.

Atualmente, a maioria dos fontanários ainda funciona, oferecendo à população local de vila de Água de Pau um recurso tão prezado como a água.

Localização	Lagoa (São Miguel)
Data da candidatura	1999
Investimento total	12.000,00 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	0



Praça de Touros de Alter do Chão

“Se não fosse a colaboração e a total disponibilidade da LEADERSOR, não seria possível levar avante esta grande obra”

Francisco Manuel Rabaça, Secretário da Direção da Banda Municipal Alterense

A Praça de Touros de Alter do Chão, localizada num edifício que data de 1918, necessitava de diversas reestruturações e modificações. Daí nasceu o projeto que contemplou a criação de infra-estruturas para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida: remodelação e ampliação da zona dos sanitários, execução de uma casa-de-banho adaptada, a colocação de plataformas elevatórias e a melhoria de condições para verem os espetáculos. Para além destas alterações, foi feita uma acentuada melhoria das estruturas elétricas, melhoradas as condições gerais de acesso à praça e as condições reservadas aos animais.

O projeto de reabilitação, que contou com o apoio da LEADERSOR, permitiu realizar uma abordagem integrada do espetáculo tauromático e o melhoramento de um local de grande interesse turístico.

Esta praça de touros quase centenária, uma das mais antigas do país, ocupa um lugar de destaque nos roteiros turísticos da região, um local onde habitualmente se pratica a “festa brava” com cartéis de primeiras figuras nacionais, o que também contribui para o afluxo de milhares de visitantes a Alter do Chão em particular e à região do Alto Alentejo em geral.

Localização	Alter do Chão
Data da candidatura	1997/2003/2010
Investimento total	208.965,00 EUR
Comparticipação LEADER	64%
Postos de trabalho criados	0